



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0013/06	DATA: 18/1/2006
INÍCIO: 10h33min	TÉRMINO: 13h27min	DURAÇÃO: 2h54min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h54min	PÁGINAS: 76	QUARTOS: 35

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS, JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA, NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO, PAULO FERNANDO RANGEL DE LIMA e MAURO GEOSVALDO FERREIRA SILVA - Testemunhas arroladas pela defesa do Deputado Josias Gomes, representado no Processo nº 12 (Representação nº 48), de 2005.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há expressão ininteligível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, declaro aberta a 84ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Srs. Deputados, encontra-se sobre a bancada cópia da ata da 82ª reunião. Eu indago aos Srs. Deputados se há necessidade de sua leitura.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Sr. Presidente, eu peço a dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Os que forem favoráveis à dispensa da ata permaneçam como se encontram.

Os que forem favoráveis à ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Srs. Deputados, esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento das testemunhas arroladas pela defesa do Deputado Josias Gomes, representado no Processo nº 12 de 2005, cujo Relator é o Deputado Mendes Thame. Essas testemunhas são os Srs. Everaldo Anunciação Farias, José Maria de Abreu Dutra, Nelson de Oliveira Simões Filho, Paulo Fernando Rangel de Lima e Mauro Geosvaldo Ferreira Silva.

Eu quero lembrar, antes das oitavas, a todos os Srs. Deputados que amanhã, quinta-feira, às 10 horas da manhã, nós teremos a seguinte pauta: leitura e votação do parecer, relatório e voto do Deputado Nelson Trad, Relator do processo instaurado contra o Deputado Roberto Brant. E à tarde, às 15 horas, haverá uma reunião também de leitura e votação do parecer do processo do Deputado Professor Luizinho.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sexta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Não. Sexta-feira nós teremos votação do parecer do Deputado...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Discussão e votação do parecer do Deputado Chico Alencar, no processo do Deputado Wanderval Santos.

Eu gostaria de comunicar a todos que está presente o advogado do Representado, o Dr. Maurício Luiz Silva. Perdão, Márcio.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Pela ordem, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Antes do início das oitivas, quero pedir a condescendência do nobre Deputado nosso Relator, Mendes Thame, e do senhor advogado.

A despreziosa aprovação, na semana passada, Sr. Presidente, por este Conselho, de um requerimento encaminhado à Mesa da Casa, ensejou um pretensioso resultado, que talvez aqui tenha sido considerado sem efeitos práticos. Mas eu gostaria de cumprimentar V.Exa., que se dirigiu à Mesa em requerimento apresentado por nós e aprovado por unanimidade neste Conselho, para que nós levássemos ao Presidente da Casa e também aos Líderes a proposta de que o primeiro item da pauta, depois, é lógico, do destravamento da pauta, em função da votação das medidas provisórias, fosse a votação da matéria que extinguisse o pagamento extra das convocações extraordinárias.

Esse desprezioso requerimento, encaminhado por nós, foi respaldado por V.Exa. e por todos os membros deste Conselho. Fomos em audiência ao Presidente, levamos essa reivindicação, e dela derivou-se o requerimento de urgência aprovado por todos os Líderes. E ontem, após o destrancamento da pauta por 2 medidas provisórias que foram votadas na segunda-feira à noite e a retirada da urgência de um projeto de urgência constitucional polêmico, que é a Super-Receita, houve por bem o entendimento de todos os Líderes, e nós votamos na noite de ontem, até simbolicamente, a extinção desse malfadado recurso parlamentar, discutido por muitos. *“Vou ficar com ele.” “Não vou ficar.” “Vou doar.” “Vou indicar para a Câmara fazer doação.”* Mas a verdade é daqueles que demonstraram o desejo de nós acabarmos, e do Conselho de Ética, que, retornando ao trabalho nesta convocação híbrida, na semana passada, deu o primeiro passo para que isso surtisse efeito, o que culminou na noite de ontem.

Eu quero cumprimentar V.Exa., cumprimentar todos os companheiros deste Conselho, cumprimentar a Casa. Acho que de vez em quando... Nós fomos eleitos, e a procuração que nos é dada pelo eleitor não é uma procuração tácita, é uma procuração indireta. Quando ele dá o seu voto e nos coloca aqui como seus representantes, é ouvido não só por pressão da imprensa, como muitos disseram,



mas por pressão da opinião pública, que o nosso trabalho é reproduzido independente de pagamentos extras, e essa foi a postura do Conselho de Ética.

Fico muito satisfeito por ter colhido esse resultado ontem, honrado de fazer parte deste Conselho, que tomou essa iniciativa. E, mais do que isso, gostaria de dizer a V.Exa. que talvez fosse também necessário que o Conselho tomasse uma medida com relação ao recesso, porque ontem nós pensávamos em já votar de uma vez a PEC. Não há necessidade, sem convocação, de um recesso tão grande, sabendo, e sem fazer as alegações que foram feitas, que a questão do nosso trabalho se estende nas nossas bases. Também no funcionamento normal desta Casa, às sextas e segundas-feiras, os Deputados geralmente estão também nos seus Estados, por isso se justifica a redução. Ontem a gente quase chegou, faltou um pouquinho, talvez um requerimento despretensioso deste Conselho pedindo também que fosse votado.

Não podemos ficar esperando decisão do Senado, Sr. Presidente. Esta Casa é soberana. Esta Casa é independente. Nós que votemos a nossa proposta, e o Senado, se quiser, que mude, altere, e aí a votação voltará para a Câmara, para tomarmos uma posição. A posição de ontem, a posição de 45 dias, é a posição que eu defendo, e sei que muitos aqui defendem que tenhamos 15 dias em julho, e aí a alteração de 20 de dezembro a 20 de janeiro é uma alteração perspicaz proposta pelo Líder do PFL, porque ninguém trabalha entre Natal e Ano. Mas eu julgo que nós deveríamos também ter tomado essa posição. Como o Conselho não fez um requerimento pedindo a votação do recesso, mas fez da convocação, e a convocação foi votada, eu acho que talvez também, sem efeito prático, fosse necessário que nós tomássemos a mesma atitude, para que nós possamos assumir as nossas responsabilidades, ouvir as vozes das ruas. O sentimento de ressaca com que o Parlamentar veio porque ouviu as ruas nesse recesso que tivemos de Natal e Ano demonstra claramente as atitudes que temos que tomar aqui, porque somos representantes, procuradores de um número infindável de eleitores que nos colocaram em Brasília como seus representantes. E esse foi o desejo deste cidadão, refletido na votação de ontem.

Eu espero que, antes de uma decisão antecipada do Senado, a Câmara reafirme a sua posição e vote hoje, antes de votação no Senado, a PEC do recesso



parlamentar, para que a gente possa manifestar mais uma vez a procuração que nos foi dada pelo eleitor, pelo cidadão brasileiro.

Parabenizo V.Exa., parabenizo o Conselho de Ética e me sinto honrado de fazer parte de um órgão que tomou a iniciativa de pedir a extinção desse maldito e malfadado recurso do pagamento extra da convocação extraordinária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado Júlio Delgado.

Com a palavra o Deputado Jairo Carneiro.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sr. Presidente, nossa manifestação é também de aplauso e de participação efetiva nessas iniciativas do Conselho.

Sr. Presidente, eu pediria um esclarecimento, creio que a partir do nobre Relator, sobre a peça da defesa, na sua pág. 17, contendo alguns requerimentos. Seria a situação atual a respeito desses requerimentos. Confesso que não tenho conhecimento, e pode ser que outros também estejam na mesma situação.

Na peça de defesa, pág. 17, requerimentos da defesa. O nobre Relator tem em mão o resultado dessa iniciativa da defesa. São 4 itens ou requerimentos.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Deputado, as 2 primeiras solicitações foram atendidas, os itens "a" e "b". Quanto ao terceiro item, nós recebemos — isso é objeto até de uma preliminar que eu gostaria de fazer antes do início da oitiva das testemunhas —, no dia 2 de dezembro, uma correspondência do Departamento da Polícia Federal, Corregedoria-Geral da Polícia, dizendo que as perícias grafotécnicas nos referidos documentos estariam sendo feitas em breve. No entanto, nós até hoje não as recebemos. Sobre esse assunto, queremos, tão logo termine suas indagações, nos pronunciar, para ter uma orientação desse Conselho como um todo.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Eu apenas me restrinjo ao que argüi. V.Exa. fique à vontade.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Aproveitando, então, Sr. Presidente, essa questão levantada pelo Deputado Jairo, essa é uma questão que nos preocupa porque exige certa cautela. A produção de uma prova pericial grafológica depende da colaboração da Polícia Federal. No dia 02 de



dezembro, nós recebemos a comunicação de que estaria sendo elaborada em breve, nos termos literais da resposta. Até agora não recebemos esse trabalho, esses documentos. Pelo regulamento, o art. 11 diz: *“Findo o prazo para apresentação da defesa, o Relator procederá às diligências e a instrução probatória que entender necessárias”*. Portanto, parece-me não estar condicionado que as provas requeridas pela defesa tenham, obrigatória e necessariamente, que ser produzidas. Mesmo no processo civil — e esse é um detalhe importante — o juiz pode indeferir provas que lhe pareçam protelatórias ou desnecessárias. E essa questão remete a uma outra, qual seja a da natureza do processo ético disciplinar no âmbito parlamentar. Até o momento, tem havido uma aceitação de que há uma assemelhação ou, digamos, uma verossimilhança desse processo com o processo penal. Apenas o Ministro Carlos Ayres Britto afirmou, em voto separado, em um dos processos que relatou, que o procedimento, no âmbito do Conselho de Ética, teria semelhança ao processo administrativo disciplinar. Portanto, sendo diferente e guardando distinção do processo penal. Por vista disso, a questão que coloco a este Conselho e submeto à análise do Sr. Presidente é qual o procedimento que devemos ter no caso da omissão da Polícia Federal ou de um atraso para concluir a prova grafológica requerida. E tomo a liberdade de apresentar e submeter à elevada consideração da Presidência e dos demais membros deste Conselho uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Jairo Carneiro. É sobre o mesmo assunto?

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sim. V.Exa. admite, então, antes da sugestão, que eu posso manifestar?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sr. Presidente, considero que a matéria deve ser apreciada pelo Plenário, como bem situa o nobre Relator. Eu também me antecipo para oferecer uma singela sugestão. Eu creio que a dúvida reside em saber se foram 2 pagamentos ou 1 pagamento com recibo. E creio que bastará à Relatoria, para formação do seu convencimento, que o Representado declare, dos 2 documentos, qual é o verdadeiro com a sua assinatura autêntica, própria. O outro valor foi recebido diretamente da mão do tesoureiro do partido pelo



que está escrito, inclusive, na peça da defesa. Eu creio que aí nós superamos essa necessidade. É minha opinião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu gostaria também de ouvir o Dr. Márcio Silva, que é o advogado do Representado.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Sr. Presidente, nobre Relator, Srs. Deputados, a questão não é singela. Ocorre que não há controvérsia com relação ao montante. O que originou a Representação diz respeito a um valor de 100 mil reais. E o valor de 100 mil reais é admitido pelo Representado como efetivamente recebido. Ele teria intermediado do tesoureiro nacional do Partido dos Trabalhadores, para as despesas de algumas campanhas na Bahia. Ocorre que há 2 recibos, apresentadas fotocópias desses 2 recibos no banco, e o Representado admite que recebeu uma parte no banco, a metade, e a outra metade diretamente do tesoureiro nacional. A assinatura efetivamente aposta, por uma verificação singela e imediata, nota-se que se assemelha muito com a assinatura efetivamente do Representado. Então, a questão de ele ter apostado uma assinatura não é exatamente o sentido da perícia, mas sim de saber se naquele outro recibo da data de 18 não foi feita uma mera sobreposição de documentos com uma fotocópia única, uma vez que nós não temos o original. Então, se a questão, para o Relator, é de saber o montante, o valor, que não está controvertido nos autos, isso poderia até ser dispensado. Se a questão é saber se aquela assinatura corresponde a uma ida do Parlamentar, porque efetivamente ele pode ter ido, como atesta a portaria, mas não ter recebido nenhum dinheiro naquela data — essa é uma hipótese —, então, se a controvérsia é com relação ao que foi dito para saber se a presença física e o recebimento se deu exatamente daquela forma, eu acho fundamental que haja a realização dessa perícia.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sr. Presidente...

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - E uma outra questão, só para finalizar, nobre Deputado, é que o Representado acha interessante — e inclusive solicita aqui, expressamente — a apresentação de uma perícia contratada, no caso, pelo próprio Representado, caso não haja a possibilidade de uma formal, oficial, do Conselho.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sr. Presidente...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado Jairo Carneiro.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Nobre advogado, eu creio que, pelo que li no texto da defesa, existe controvérsia quanto ao total: 100 mil ou 150 mil. Porque a dúvida reside em saber se são 2 recibos assinados junto ao banco, e um valor de 50 mil ele recebeu diretamente das mãos do tesoureiro do partido, do Sr. Delúbio Soares. Cinqüenta mil ele recebeu diretamente do tesoureiro, 50 mil ele recebeu do banco. E se existem 2 documentos assinados, o Representado pode declarar, perante este Conselho, dos 2 documentos: “O ‘a’ ou o ‘b’ é o que contém a minha assinatura”. E para mim é o suficiente, para a Relatoria e para este Conselho. Não precisa haver perícia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Dr. Márcio.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Deputado Jairo Carneiro, a questão é a seguinte. Não há controvérsia com relação ao valor, o que há é uma confusão com relação a procedimentos. Efetivamente foram 100 mil reais que o Representado declara efetivamente ter recebido. Ocorre que ele tem a convicção de que recebeu 50 mil diretamente da mão do tesoureiro, ou seja, não haveria por que ele ter um expediente do Banco Rural assinado se ele recebeu diretamente da mão do tesoureiro — isso é razoável. Ocorre que nos autos são apresentadas 2 fotocópias de datas distintas assinadas, e o que está sendo alegado pelo Representado é que, numa delas, ele não assinou, pelo menos não na outra data, porque ele deu apenas uma assinatura — essa é a questão. Agora, com relação ao montante, em nenhum momento está sendo dito 150.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Acho que seria importante ouvir o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Vamos ouvir o Relator, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - De qualquer forma eu quero submeter ao Conselho que seja encaminhada — não sei se é o caso de diretamente pela Presidência do Conselho ou pela Mesa da Câmara, talvez até pela própria Mesa da Câmara — uma nova solicitação à Polícia Federal, dando um prazo determinado para que ela, de acordo com o próprio regulamento do Conselho





de Ética, cumpra aquilo que foi solicitado. E, não sendo recebida essa prova, seja dada por concluída a instrução, sendo considerada desnecessária a prova grafológica diante dos demais elementos reunidos até agora já contidos no processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Antes de ouvirmos os próximos Deputados, esta Presidência vai reiterar o pedido à Polícia Federal.

Com a palavra a Deputada Angela Guadagnin.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Eu acho importante essa colocação do Relator em relação a tentar, mais uma vez, que a Polícia Federal faça esse estudo, a perícia desse documento, porque eu me lembro, no dia do depoimento, de que na questão, muito mais do que a assinatura dele, tinha a forma, o local de que a assinatura estava feita. Como era um papel, tinha uma linha, como se tivesse sido sobreposto um papel sobre o outro, e a assinatura dele era num local que normalmente não são feitas assinaturas. Você assina em cima ou embaixo do seu nome, mas essa assinatura estava fora do lugar. Então, eu me lembro muito bem dessa discussão que ocorreu no dia do depoimento, muito mais do que propriamente a assinatura. Daí, essa observação que o advogado fez de que houve ou não o recebimento desses recursos no banco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Por favor, Dr. Márcio.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Presidente, eu só gostaria de indagar à Comissão se, uma vez que a Polícia Federal não teria, obrigatoriamente, institucionalmente, de responder ao Conselho de Ética, não haveria possibilidade de o Conselho de Ética, por meios próprios, requisitar uma perícia. Não haveria essa possibilidade?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Haveria, sim, mas, de qualquer maneira, vou reiterar o pedido à Polícia Federal. Eu agradeço.

Srs. Deputados, gostaria de convidar agora a primeira testemunha, o Sr. Everaldo Anunciação Farias.

Inicialmente, eu gostaria de ler o termo de compromisso:

*“Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me*



*for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 12/05 — Representação nº 48/05 —, instaurado contra o Deputado Josias Gomes.*

*Sala de Reuniões, em 18 de janeiro de 2006.*

*Everaldo Anuniação Farias.”*

Inicialmente, darei a palavra ao Relator, Deputado Mendes Thame.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Eu solicito, inicialmente, que a testemunha se qualifique e diga o seu nome civil completo, data de nascimento, profissão, estado civil e domicílio.

**O SR. EVERALDO ANUNIAÇÃO FARIAS** - Everaldo Anuniação Farias, casado, natural de Ilhéus, servidor público federal.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - O senhor é amigo pessoal ou inimigo do Representado? Tem algum interesse pessoal no resultado do processo ético e de decoro a que está sendo submetido o Representado, Deputado Josias Gomes?

**O SR. EVERALDO ANUNIAÇÃO FARIAS** - Conheço o Deputado Josias Gomes quando chegou ao sul da Bahia, em 1989. O interesse é que se faça a análise, conforme a Comissão possa julgar, através dos documentos e depoimentos aqui feitos.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - O senhor tem direito a consultar breves notas que traga consigo para complementar o esclarecimento, não sendo admitidas consultas a quaisquer dos presentes.

Como o senhor é uma testemunha indicada pelo Representado, nós queremos passar a iniciativa das perguntas ao Dr. Márcio Silva, advogado do Representado, que as fará diretamente ao Presidente do Conselho. O senhor transmitirá as perguntas ao Presidente que, por sua vez, as fará, como melhor lhe aprouver, à testemunha arrolada.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Agradeço ao nobre Relator.

Sr. Presidente, a defesa indaga à testemunha. Quero saber se, para facilitar os serviços, eu já faço diretamente ou faço...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Normalmente, V.Exa. deveria se dirigir ao Presidente, mas, de qualquer forma, ele já está ouvindo e responderá diretamente.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Eu acho que é mais prático.

Sr. Everaldo, a quem coube... Os autos tratam de um repasse que foi feito no Diretório Nacional do Partido Trabalhadores ao senhor, diretamente, para fazer frente às despesas. A quem coube a iniciativa de pedir esse valor? A quem foi pedido esse valor? O senhor pediu isso diretamente ao Diretório Nacional? Pediu ao Representado? E por quê? Gostaria que houvesse esse esclarecimento inicial.

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - O.k. Eu fui candidato a Deputado Estadual em 2002, foi uma decisão do conjunto de diretórios da região sul da Bahia. Eu informei ao conjunto dos diretórios que a minha candidatura necessitaria de um aporte de recursos, porque o único patrimônio de que disponho, o registro financeiro da manutenção é meu salário de servidor efetivo, e esses diretórios se comprometeram a fazer ações junto à Direção Estadual e Nacional do PT para que viabilizasse, porque entendiam que era importante para o partido, era importante para ação política naquela região, pela expressão que eu tinha adquirido como dirigente da CUT, como uma pessoa que tinha uma relação política na região, tivesse candidatura. Esse processo aconteceu. Para encurtar e atender a essa pergunta, ao final da campanha, restaram dívidas, e eu procurei os diretórios da região, os presidentes regionais, como busquei também junto a pessoas, membros da Direção Estadual, como eu, na época, do PT na Bahia, e membros da Executiva, e o partido não vinha oferecendo condições para quitação. Então, eu procurei o Presidente do PT da Bahia — à época, o Deputado Josias Gomes — e falei para ele dessa situação de constrangimento que eu estava vivendo, inclusive com o aval que recebi dos diretórios, e pedi que ele intercedesse junto à direção do partido para que essas dívidas pudessem vir a ser quitadas.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - O senhor tem notícia de outros candidatos na mesma situação, que tenham feito o mesmo tipo de gestão? Foi algo, assim, articulado, organizado, ou foi cada um pedindo diretamente?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não. Eu sei, para quem vive a vida política, particularmente no PT, que as campanhas nossas, as dificuldades



terminam por gerando, não só para os eleitos, mas como eleitos, uma situação de debilidade financeira. Eu sei de alguns casos. Na região em que eu atuei, por exemplo, o candidato Martiniano, foi um candidato também do sul da Bahia, me falava dessa mesma situação e que também tinha buscado junto ao diretório dele municipal, junto à Direção Estadual e que iria buscar também junto ao Presidente do PT, na Bahia, que era representação maior, ações nesse sentido.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Formalmente, a legislação eleitoral admite que um partido político assumira as despesas, as dívidas de campanha, isso devidamente declarado à Justiça Eleitoral. No caso da Bahia, o Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores assumiu as dívidas das campanhas?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Olha, oficialmente, a mim, na condição de candidato, não foi passado. Eu até digo a V.Sa. da minha ignorância do conhecimento de que os partidos poderiam, porque isso seria, inclusive, mais veemente junto ao Diretório Estadual sobre essas minhas dívidas, em particular, mas não havia oficializado, partido nenhum, assunção sobre as dívidas de candidatos, em particular, a minha dívida.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Não houve assunção.

Nos autos consta que você pagou despesas em 21/09/2003 e 22/09/2003, ou seja, muito depois de encerrada a prestação de contas das eleições de 2002. Então, obviamente, não foi declarado para a Justiça Eleitoral esse valor. Você fez retificação posterior?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Eu fiz uma retificação, a primeira retificação, mas ainda ficou com pendências. E a orientação da pessoa que me acompanhava, da advogada, na Bahia, era de que, assim que quitasse todas as dívidas, apresentasse uma retificação final das contas.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - E você quitou todas?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não. Eu tive essa contribuição vinda do partido, através do Presidente do partido, mas até hoje tenho dívidas a serem quitadas. Por conta disso, inclusive, essa retificação final, orientação da advogada, é que viesse a acontecer por completo.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Então, vale dizer que esses valores, aqui, a Justiça Eleitoral desconhece?



**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - A Justiça Eleitoral desconhece. Não foram declarados.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Esse dinheiro você recebeu diretamente do Representado, o Deputado Josias?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Recebi, em mão, do Deputado Josias Gomes.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - E ele disse para você como é que ele havia obtido esse valor?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Ele me informou, à época, que havia conseguido junto à Direção Nacional do PT recurso para quitação dessas dívidas, que não seria ainda o total, mas que iria ter um processo de quitação dessas dívidas, que não seria um conjunto de candidatos, mas que o partido estava empenhado em resolver essa situação de constrangimento.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Certo. Apesar de menos comum, mas também formalmente é possível que o Diretório Nacional assuma dívidas locais. Pelo que você está dizendo, como não declarou isso, então certamente não houve uma formalização do Diretório Nacional com relação a esses valores. Foi pedido a você recibo, nota fiscal desses pagamentos?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não, não me foi pedido oficialmente um documento. Eu, por precaução, à época já comecei a me preocupar: como faria essas quititações? E chamei a atenção do Presidente do Diretório Municipal de Ilhéus e do tesoureiro de Itabuna, que foram pessoas que tiveram de minha mão recursos para a quitação dessas dívidas; e foram pessoas que contrataram esse serviço: o carro de som e a gravação de rádio.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Mas o Deputado Josias Gomes, quando lhe passou o valor, deixou claro que não era ele que estava te passando, mas também não pediu recibo disso aí a você?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Sem dúvida.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Ou seja, você teria de prestar contas disso para alguém?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Sem dúvida. Ele me informou que era recurso vindo da Direção Nacional do partido, até porque eu não teria como



pedir a um Deputado, que tem um salário e pela relação — porque eu conheço o patrimônio dele —, pedir um montante daquele para quitar dívida de campanha.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Uma relação pessoal?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Mas é uma relação muito clara que nós estávamos estabelecendo ali, partidária, de ter uma relação de recurso não-pessoal, mas recurso institucional.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - À época, o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores era Delúbio Soares, que teria passado esse valor, que efetivamente repassou esse dinheiro ao Deputado Josias Gomes. Você teve algum contato com Delúbio, posterior, para prestar contas disso?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não, não tive.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Delúbio não te cobrou nem ninguém da Direção Nacional?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Nem ninguém da Direção Nacional me cobrou. Eu tinha apenas essa preocupação de saber que esse recurso... como vinha pela via institucional, eu teria que, em algum momento, resolver a documentação.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Então, estou satisfeito, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Jairo Carneiro.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sr. Presidente, nobre Relator, senhor advogado, nobres colegas, Sr. Everaldo Farias.

O senhor tem consciência de que aqui, funcionando como testemunha, pode estar se comprometendo com as suas próprias declarações...

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Tenho consciência, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - ... perante as leis e as autoridades do País? E V.Exa. está confessando que recebeu recursos irregularmente para a sua campanha a Deputado Estadual.

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Estou dizendo a V.Exa. que eu recebi recursos do Presidente do Partido dos Trabalhadores para que não...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Não foram contabilizados.



**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Que não foram contabilizados ainda.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Então, esses recursos foram recebidos de forma irregular, ferindo os dispositivos legais que disciplinam as campanhas eleitorais. Esse relatório daqui, por dever de ofício, terá de ir para o Ministério Público Federal Eleitoral e para a Polícia Federal, porque não pode haver a chamada condescendência criminosa deste Conselho diante da revelação de V.Sa. de fatos que, perante a lei, são tipificados como delitos. V.Sa. fez a sua prestação de contas. Elas foram aprovadas?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Elas foram rejeitadas.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Rejeitadas. Existe algum processo em curso contra o senhor?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Mas provavelmente haverá. Isso não é intimidação; isso aqui é apenas o diagnóstico dos fatos. V.Sa. confessa que recebeu esses recursos das mãos do Presidente do partido. E esses recursos foram em espécie?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Em espécie.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - O senhor depositou em alguma conta?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Eu repassei parte desse recurso para o Presidente do PT em Ilhéus, ao tesoureiro em Itabuna e à empresa que fez a confecção...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Qual foi o total?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - O total foi... Eram 20, para dizer exatamente; está nas notas, no processo. Mas, se não me engano, eu acho que são valores redondos: são 21 mil de carro de som; depois 5 mil reais, que foi uma quitação, inclusive antecipada para a questão de gravação de rádio; e mais 8 mil, esse de Ilhéus, do PT de Ilhéus; e 33 mil de confecção de camisas. Então, se não me engano, somam 33, mais 8, mais... são 67 mil reais.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Todos em espécie que o senhor recebeu? O senhor repassou em espécie?



**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Um detalhe, Deputado: 5 mil desses não foram repassados a mim diretamente. Foi quitado pelo escritório do Deputado em Itabuna. Ele apenas foi informado dessa quitação.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Quitado perante quem?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Perante o Sr. Amarildo, Rildo... É uma pessoa que tem um serviço de gravação para campanhas, falas em rádio. Uma dívida também que o Diretório assumiu.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Mas, candidato, o senhor sabe que teria de observar determinadas regras na movimentação financeira da campanha. O senhor próprio é quem fazia a sua contabilidade de campanha, ou tinha assessoria do partido, ou de alguém, de um profissional, de um contador?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não. A última declaração minha de campanha, essa de Deputado Estadual, foi feita por mim junto com a orientação informal...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sua formação profissional?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Eu sou técnico agrícola e estudei Biologia.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Nível superior? Nível médio?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Se o senhor me permite, eu digo que por conta disso é que eu fui Vereador na cidade de Itabuna, fui Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças. E essa prática me levou a esse conhecimento. E, por ter sido Vereador, esse conhecimento. Mas eu tive, então, um apoio informal. Era um período de muitos candidatos prestarem conta, e toda a assessoria do partido sabia das dificuldades. E, como não via nenhuma dificuldade, isso terminou até me prejudicando. Eu acho que foi um erro meu não ter usado a estrutura partidária e um profissional com mais conhecimento, porque houve até rejeição nas contas.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - O senhor é servidor público?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Sou servidor público federal, concursado em 1979.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Eu acho que deveria se cercar de maiores cuidados, principalmente sendo uma pessoa experiente e tendo exercido





essas funções, inclusive nessa área financeira, porque V.Sa. sabe que teria de, contra o recebimento de qualquer valor para a campanha, teria de ter um recibo e teria de registrar esses recursos.

Então, eu me dou por satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a Deputada Angela Guadagnin.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Agradeço, Everaldo, por você ter vindo aqui participar conosco, para facilitar o nosso trabalho. Algumas das perguntas que eu ia fazer o advogado já fez. Eu só vou retornar à pergunta para você reforçar: quanto você recebeu?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Deputada, pelas minhas contas aqui, acho que está no processo, eu poderia quase que confirmar 67 mil reais.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Quando o senhor recebeu? Primeiro é quanto, agora é quando. Recebeu esses recursos quando?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Recebi... Eu me lembro que eu estava numa atividade no sul da Bahia. Isso era aproximadamente 20, 18... a última semana de setembro.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Setembro de...

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - De 2003.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - O senhor já colocou, é só para reforçar, que recebeu em dinheiro, menos os 5 mil que foram quitados diretamente.

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Correto.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - O senhor, tem esse relacionamento há quanto tempo com o Deputado Josias?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Eu o conheci em 1989.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Então, dentro do partido?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não. Eu era... À época eu já tinha uma militância sindical, e o hoje Deputado Josias Gomes foi ao sul da Bahia para trabalhar numa entidade, numa ONG que tinha uma relação muito grande com o movimento sindical. E foi aí que eu o conheci.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Certo. Dentro desse tempo todo que o senhor se relaciona com ele, tanto no movimento sindical, na vida



profissional, quanto na vida partidária, o senhor considera Josias uma pessoa honesta, uma pessoa de boa-fé?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Eu diria com toda a certeza à senhora: íntegro e reconhecido não só por mim, mas por toda a sociedade regional, os trabalhadores, e hoje inclusive com mandato reconhecido pela representação dos produtores da região.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Josias Quintal.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Everaldo, doutor advogado. Presidente, pela experiência que tivemos em casos anteriores, parece-me que esse caso é muito similar. Eu creio que vamos ter aqui reuniões extensas, temas bastante repetitivos até por conta da similaridade que existe entre esses casos. É o que eu percebo aqui, embora tenha ficado ausente um certo tempo, mas é o que eu percebo.

Com relação ao caso, é um caso que me toca assim de uma maneira especial, até mesmo em razão do nome. Os nossos nomes são idênticos. Os nossos pais, um dia, ao fazerem a escolha do nome, reportaram-se à Bíblia. Buscaram na Bíblia a referência de alguém que foi um exemplo de vida, um exemplo de administrador; foi um grande rei: o rei Josias. Foi reto diante do Senhor. Não se direcionou pela esquerda nem pela direita. Foi, enfim, um excelente rei. Eu, aqui, até brincava, no início da Legislatura, quando o conheci. Por curiosidade, procurei conhecer quem era Josias. E até brinquei com Josias: “Você já viu algum Josias ruim? Eu nunca vi um Josias ruim”. (*Risos.*)

É apenas um comentário breve. Mas, lamentavelmente, eu vejo hoje, depois desse episódio, que o caso dele tem muita — repetindo — similaridade com o caso até mesmo de Romeu Queiroz. É a questão da história do caixa 2. E o depoimento de Everaldo parece que vem também — o depoimento da defesa — reforçar essa história.

Eu só queria fazer uma pergunta, que é repetitiva. Creio que os Srs. Conselheiros que já fizeram as suas inquirições esgotaram a matéria, porque é



muito claro. Eu só queria repetir, para consignar mais uma vez: Sr. Everaldo, o senhor recebeu o dinheiro em espécie das mãos de quem?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Do Presidente do PT da Bahia, hoje Deputado Federal, Josias Gomes.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Recebeu em espécie? O senhor deu algum recibo ou ele lhe apresentou algum documento para assinar como recebimento desse recurso?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não, Deputado. Ele só me informou que era um recurso conseguido junto à Direção Nacional do PT para quitação de dívida de campanha.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - O senhor fez as declarações conforme manda a Lei Eleitoral, a Lei dos Partidos Políticos, conforme são estabelecidas na legislação as declarações de recebimento desses recursos?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Esse processo eu ainda não concluí. Como disse aqui a V.Exa. que a minha conta foi rejeitada, eu estou com retificação. E a orientação posterior foi que eu fizesse o completo, o conjunto de dívidas assumidas em campanha.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu estou satisfeito com a pergunta. E é exatamente, numa análise assim muito prévia minha, a repetição do que já se conhece.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria perguntar ao Sr. Everaldo: dentro do Partido dos Trabalhadores, o senhor faz parte de alguma tendência partidária?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Eu tenho uma relação direta com a Tendência Articulação, mas tenho a minha postura partidária muito voltada para o partido como um todo. As decisões... Eu tenho isso como um princípio meu.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Essa sua tendência é a mesma do Deputado Josias? Ele também é da Articulação?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Sim, sim.



**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - O senhor declarou aqui, quando questionado pelo Deputado Jairo Carneiro, que foi o senhor mesmo que fez a sua prestação de contas.

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Correto.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Na sua prestação de contas inicial, logo após a campanha, qual foi o montante que o senhor declarou de dívidas que o senhor havia deixado?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Eu não fiz declaração de dívida, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Ah! O senhor não fez declaração de dívida?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Então, oficialmente, para a Justiça Eleitoral, o senhor fez uma campanha, onde arrecadou recursos e cumpriu todos os seus compromissos. Quer dizer, então, que legalmente não existiam dívidas?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Perfeito. Na minha prestação de contas junto ao TRE da Bahia, foram omitidas essas correlatadas dívidas.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - V.Sa. gastou quanto na campanha eleitoral? Declarado.

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Declarado, oficialmente, em torno de 33 mil reais.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Trinta e três mil reais. E o senhor recebeu 67 mil para pagar dívidas?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Correto. Se fosse a declaração total da minha campanha, eu diria hoje a V.Exa. que foi alguma coisa em torno de 130 mil reais.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Cento e trinta?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Cento e trinta mil reais, o custo. Inclusive, essa outra parte eu não declarei porque fui orientado a complementar para fazer, sim, uma definitiva retificação junto ao TRE.



**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Quer dizer, o senhor sonegou mais de 80 mil de despesas e de arrecadações?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Eu diria a V.Exa. que eu deixei de apresentar na retificação esses valores.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Deixou de apresentar? Tem uma diferença grande entre sonegar e deixar de apresentar. É óbvio. O senhor não emitiu recibo. Já foi dito, não é?

O senhor diz que tem conhecimento de outros candidatos que também pediram socorro ao Deputado Josias.

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Ao Diretório e ao Presidente do PT.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - O senhor sabe quantos outros?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não. Eu tenho conhecimento de um candidato a Deputado, porque tínhamos proximidade na área de atuação.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Também da Articulação?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não. Ele tem o vínculo de independente.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Mas fez dobrada com o Deputado Josias, como o senhor também deve ter feito?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - No meu caso particular, não só com o Deputado Josias, porque eram, se não me engano, 9 candidatos do PT no Estado. E o tamanho do Estado... com essa relação, dificilmente você define apenas um Deputado. Esse outro Deputado de que eu falo particularmente não teve relação direta só com o Deputado Josias.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Como é o nome dele?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Martiniano.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Martiniano. Também do sul da Bahia?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Do chamado baixo sul. Temos microrregiões do baixo sul. Região de Valença.



**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - E o PT elegeu quantos Deputados Estaduais na Bahia?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - O PT elegeu 10 Deputados Estaduais.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - O senhor desculpe a minha curiosidade: sua votação foi...

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Dezesseis mil votos.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - E o PT elegeu com quanto?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - O último eleito foi com 21 mil votos, se eu não me engano, ou 22 mil.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - De Martiniano, o senhor se recorda?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Martiniano sei que teve... foi inferior à minha votação. Não poderia aqui precisar a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - O senhor é da Executiva também do partido?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Municipal: Itabuna. À época era membro do Diretório Estadual.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Sr. Presidente, estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Benedito de Lira.

**O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor advogado, Sras. e Srs. Conselheiros, Sr. Everaldo, eu teria aqui algumas perguntas a formular, mas já foram feitas pelos companheiros que me antecederam. Apenas eu gostaria de perguntar ao Sr. Everaldo... Parece que no começo da sua conversa ele falou que as suas contas foram rejeitadas pelo TRE.

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Correto.

**O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA** - O senhor sabe qual foi o motivo da rejeição?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Eram questões técnicas, Deputado, de apresentação de cheques com uma nota. Tinha o valor de uma nota que uma pessoa deu, que teria de ser uma nota fiscal complementar.



**O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA** - Normalmente, quando há dificuldades na prestação de contas, os TRE chamam o responsável pela apresentação e colocam aquilo em diligência. O senhor foi chamado para suprir a deficiência que estava relacionada à sua prestação de contas?

**O SR. EVERALDO ANUNCIAÇÃO FARIAS** - Essa é uma questão que está sendo tratada — e aí eu já procurei advogada para tratar. Era de que o TRE não me informou em tempo hábil que era para fazer a correção, que V.Exa. chamou de diligência, o que inclusive me prejudicou no processo de retificação das contas.

**O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA** - Quer dizer que o TRE julgou as suas contas irregulares porque havia deficiência na contabilidade. E o senhor não foi informado disso antes de o TRE apreciar as contas?

**O SR. EVERALDO ANUNCIAÇÃO FARIAS** - Antes do prazo estabelecido para que eu me apresentasse e concluísse.

**O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA** - Mas o senhor não cumpriu o prazo?

**O SR. EVERALDO ANUNCIAÇÃO FARIAS** - Não cumpri por conta de que o pedido de informação do TRE não chegou no prazo devido.

**O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA** - O senhor já falou quanto gastou na sua campanha?

**O SR. EVERALDO ANUNCIAÇÃO FARIAS** - Sim.

**O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA** - Quanto o senhor gastou na sua campanha?

**O SR. EVERALDO ANUNCIAÇÃO FARIAS** - De fato, em torno de 130 mil; de direito, declarado, 32 ou 33 mil reais, junto ao TRE.

**O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA** - Sr. Presidente, estou satisfeito. Eu queria saber apenas isso, porque as outras perguntas já foram formuladas.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Deputado Benedito, o senhor me permite usar só um segundo do seu tempo? O depoente disse que a advogada está instruindo-o. Quem é a advogada? É do partido, do Diretório Municipal?

**O SR. EVERALDO ANUNCIAÇÃO FARIAS** - Uma amiga, uma amiga que eu tenho. Uma advogada formada pela universidade onde eu também estudei.



**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não é do partido a advogada que o está instruindo?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Que eu tenha conhecimento, não é remunerada pelo partido.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não. Eu estou perguntando se ela é advogada do partido, ela que está ajudando o senhor a fazer a correção.

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Filiada ao Partido dos Trabalhadores, sim, mas remunerada oficialmente pelo partido, não.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Mas não é a advogada do partido?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Benedito de Lira, V.Exa. vai continuar? (*Pausa.*) Já encerrou, não é?

Com a palavra o Deputado Edmar Moreira.

**O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA** – Sr. Presidente, Sras. Conselheiras, Srs. Conselheiros, Sr. Everaldo Farias, nosso convidado, eu o parabeno porque muitos se recusam a prestar esclarecimentos a esta Casa e a este Conselho, abrindo mão, de certa forma, de sua obrigação, de seu dever e de sua própria cidadania.

Caro Relator, meu amigo, conterrâneo emprestado, Deputado Mendes Thame, eu não vou fazer nenhum tipo de pergunta, meu Relator, porque, mercê da competência de V.Exa., já foram exauridas todas as dúvidas que porventura eu pudesse ter. Mas eu quero, neste momento, de público hipotecar a esta Relatoria toda a minha solidariedade e colocar-me inteiramente à disposição desta Relatoria, se bem que V.Exa. não precisa. Mas quero dizer que estou aqui para somar.

E gostaria também de dizer, Sr. Presidente, que esta noite o meu sono desceu quadrado; não nasceu redondo, tranqüilo. Mas eu me permito usar somente 3 minutos do meu tempo para dizer o seguinte: com certeza, até fazendo uma autocrítica, eu posso ser aqui o menos competente, mas no *ranking* de seriedade, se é que podemos estabelecer um *ranking* de seriedade, eu não abro mão da minha seriedade. E neste nosso trabalho, exaustivamente — já foi dito, falado, escrito em verso e prosa —, com certeza, há o constrangimento de todos nós. É muito fácil





sermos julgados por aqueles que não pertencem ao Conselho de Ética. Ainda que eles entendam a nossa missão, não a exteriorizam, mas a criticam. É muito fácil.

Mas eu queria, neste momento, por repetitivo que seja, hipotecar a V.Exa. a minha completa solidariedade e confiança e dizer, como eu tive oportunidade de lhe falar ontem, em plenário, que V.Exa. me surpreendeu — se é que a expectativa de competência pode ser surpreendida ou extrapolada — pelo modo ponderado, pela maneira justa, pela maneira imparcial e séria como dirige os trabalhos deste Conselho. E até fazendo uma autocrítica, com certeza, no seu lugar, eu já teria chutado n baldes por aí fora. Por isso, é o Presidente certo no lugar certo. Não que outros ou outras aqui presentes também não tenham a competência e a capacidade de exercer a Presidência deste Conselho. Com certeza, sem querer usar de modéstia, excetuando a minha pessoa, porque eu não me estou colocando nesses termos.

Mas, Sr. Presidente, eu ouvi falar hoje, aqui neste Conselho: *“não pode haver condescendência criminosa por parte deste Conselho”*. A minha memória é boa. *“Não pode haver condescendência criminosa por parte deste Conselho”*. E ontem desceu aqui um espírito adivinhador. Mesmo antes de eu terminar o meu primeiro pensamento, interromperam-me, subiram na cadeira, na mesa: *“Isso não pode ser, não pode acontecer”*. Então, Sr. Presidente, quase que me levaram, ontem, a uma condescendência criminosa. Mas não vamos fazê-la.

Sr. Presidente, o Deputado Josias Quintal falou da semelhança desse caso com outro que S.Exa. relatou. E tudo aqui, por incrível que pareça, é semelhante. Quis o destino que hoje de manhã, rasgando lá uns papéis para colocar no arquivo... Olhem só: terça-feira, 3 de janeiro, reportagem de *O Estado de S.Paulo* — agora, 3 de janeiro de 2006 —: *“Intermediário”*. Ouçam só como a justiça vem a pé, vem a cavalo ou vem na garupa; ouçam só o nosso comportamento aqui ontem: *“Intermediário”*. Aqui está a foto do Deputado Gustavo Fruet, autor da matéria, colega, companheiro respeitado:

*“São duas operações, e em ambas a empresa de Rogério Tolentino intermediou a passagem de dinheiro.”*  
— Rogério Tolentino, que citei ontem — *“A primeira operação identificada pelos técnicos da CPI começou no*



*dia 3 de dezembro de 2003”. — exatamente a mesma data — “Naquela data, o Banco BMG depositou via TED (transferência eletrônica direta) R\$980.466 na conta da Tolentino (...).”*

Para que os senhores recobrem a memória, trata-se daquele funcionário da Receita Federal, Sr. Glênio Guedes, que era presidente de uma comissão que estava atuando num processo contra o Banco Rural e o Banco BMG, cujo processo foi para as calendas, foi arquivado. E eis que coincidentemente apareceram na conta do pai desse cidadão 1 milhão e 200 mil reais, depositados por Rogério Tolentino.

Vou concluir, Sr. Presidente. Muito bem. Do mesmo cidadão. A conclusão a que o nobre Deputado Gustavo Fruet chegou na CPMI dos Correios — só que talvez nesse dia lá estava mais democrático do que aqui; S.Exa. não foi interrompido e pôde provar o que eu gostaria de ter provado ontem, o que passo a ler a seguir. E, pelo que me consta também, ele ainda não está nem preso nem processado por ter feito essa afirmação lá na CPMI dos Correios.

Então, veja bem, Sr. Presidente: com relação à segunda transação, coincidentemente foram 2 pagamentos também: *“A segunda transação identificada se deu dois meses depois, em fevereiro de 2004”*. Contratou-se. *“Ambas as operações estão cobertas por contratos de supostas consultorias — tanto na relação de Tolentino com os bancos quanto no elo entre o sócio de Marcos Valério e o procurador”*. Supostos trabalhos de consultoria, papel carbono; é clone, é repeteco, é igualzinho ao que não deixaram que Edmar expusesse aí.

Muito bem:

*“Glênio foi afastado do cargo no Conselho no começo da crise, assim que se descobriu que Marcos Valério pagava passagens aéreas” — que coincidência: é a mesma coisa — “e estadas para ele. O Banco Central ainda está apurando a atuação do procurador em processos de interesse do Rural e do BMG”*.

Quero dizer, Sr. Presidente, que esse modo de operacionalizar as coisas, esse modo de agir dessa quadrilha que se instalou no Brasil, mercê da nossa



negligência, sim — por que não? —, das autoridades que têm o compromisso, a responsabilidade, o dever e a obrigação de evitar e pelo menos destacar para que isso não aconteça mais, mercê dessa complacência criminosa dos homens públicos, daqueles que têm a responsabilidade de dirigir este País, e deixar todo o mundo aí na impunidade. Então, é um papel carbono, Sr. Presidente, é um papel carbono. Eles atuavam do mesmo jeito. Evidentemente os nomes são outros e as quantias são diferentes, mas é um papel carbono, meu caro Josias Quintal.

Então, Sr. Presidente, eu estou tomando algumas providências para fazer o saneamento, se é que há saneamento a ser feito numa pergunta, numa inquirição que eu fiz aí ontem. Vou fazer chegar às mãos de V.Exa. ainda nesta sessão apenas por cautela.

Encerrando as minhas palavras, eu quero hipotecar mais uma vez o meu respeito, a minha admiração, o meu companheirismo a todos os componentes deste Conselho e dizer, com certeza: seria como se cada um estivesse agora usando a minha voz. Desculpem-me a pretensão, não pertenço aqui nem a partido, nem a grupo, nem a torcida organizada e não admito nenhum tipo de investida nesse sentido com relação a este Relator, à minha relatoria.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado Edmar Moreira.

Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Sr. Everaldo Farias, o senhor mencionou que foi membro do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores na Bahia. Não é mais?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Deixou por vontade própria ou sua chapa não teve votos para colocá-lo lá na direção?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não. Nós tivemos uma discussão regional na qual foram colocados 2 nomes para a região em que tenho militância e os 2 nomes que nós escolhemos foram os outros e não o meu.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - O senhor continua, portanto, filiado ao partido?



**O SR. EVERALDO ANUNCIAÇÃO FARIAS** - Continuo filiado ao partido.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Não exerce nenhum mandato eletivo de Vereador?

**O SR. EVERALDO ANUNCIAÇÃO FARIAS** - Não. Exerci. Já exerci.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Sim.

**O SR. EVERALDO ANUNCIAÇÃO FARIAS** - No momento, não.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Desculpe, eu cheguei um pouco tarde, mas provavelmente é repetitiva a pergunta. Peço desculpas, mas sei da sua boa vontade para responder. O senhor atualmente exerce que função como servidor público?

**O SR. EVERALDO ANUNCIAÇÃO FARIAS** - Eu sou agente de atividade de agropecuária do Ministério da Agricultura.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Ah, sim.

E, por fim, esta é uma questão que eu sempre faço apostando na possibilidade de o ser humano evoluir. Não falo isso a respeito do senhor, não, mas de todos nós, inclusive para democratizar cada vez mais as instituições políticas.

Evidentemente essa é uma situação desconfortável. O senhor, por solidariedade, veio aqui testemunhar em favor do Deputado Josias, contribuir com esse processo, atitude que muitos convidados não têm. Mas o senhor faz alguma avaliação desse processo, avaliação crítica? Com trocadilho: o senhor faria, Sr. Farias, tudo de novo?

**O SR. EVERALDO ANUNCIAÇÃO FARIAS** - Deputado, primeiro eu acho que vim aqui... Tenho relação de solidariedade, não poderia ser hipócrita de não dizer, mas é muito por uma questão de justiça. Eu sei inclusive dos ônus legais e políticos para me submeter a este depoimento, mas eu não poderia negar um fato real que aconteceu, até para que possa ser juntado o meu depoimento à decisão que V.Exas. venham a tomar. Essa é a primeira questão. A segunda é que eu acho que os Deputados, a Câmara dos Deputados e a sociedade brasileira estão vivendo um momento aí, permita-me, de um juízo de valor dos fatos, não é do momento, buscando acabar com a hipocrisia na política brasileira, inclusive envolvendo o próprio eleitorado, que é esse processo de utilização de recursos. Eu tenho dito a algumas pessoas que não pode ser imputada aos Parlamentares, aos políticos



apenas essa situação que terminou se legitimando e confundindo entre a legitimidade e a legalidade. Porque eu como candidato — e V.Exas. devem ter passado por isso também... É comum, ainda que aos que militem em partidos de esquerda, na época de campanha serem buscados apoios logísticos de jogos de camisa e assinaturas de livros-ouro para campanhas. O próprio eleitor... eu diria que setores da sociedade organizada sabem dessas dificuldades, têm buscado. Então, há uma hipocrisia, há uma cumplicidade, eu diria, na política brasileira, que eu volto a dizer, que tanto o Parlamento como todos os atores da sociedade estão quebrando. Então, eu penso que essa é a situação. Eu não o faria. Primeiro, se tivesse conhecimento de irregularidade, até diria que jamais o Presidente do PT do Estado da Bahia, hoje Deputado, iria trazer de sua consciência recursos irregulares para quitação de dívida. Segundo, os cuidados já levantados e precisos da legislação precisam ser mais materializados. Esse compromisso como cidadão, como político, tem de ter. E é claro que se a gente buscar, como está sendo buscado hoje, através das relações — e eu tenho acompanhado — da Receita Federal, do próprio TSE, das próprias decisões que os senhores tenham tomado aqui, a gente vai evitar, nós vamos evitar que essas situações de utilização de recursos não contabilizados, ou de caixa 2, elas possam ser extintas da ação política. Confesso a V.Exa. que serei mais cauteloso, cuidadoso e comprometido para que essa ação possa definitivamente deixar de existir.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - O senhor considera, nas condições atuais, inclusive de legislação e da disputa política com candidaturas que usam e abusam do poder econômico... No meu Estado, nesse fim de ano, num levantamento superficial, eu vi Parlamentares, já em exercício de mandato, fazendo aqueles *outdoors* de mensagem de Fim de Ano, e o custo estimativo é de 150 mil reais — 4 pagamentos de convocação extraordinária. Ou mais, não é? Isso é... Mais de 10, não. Mais de 10 dá mais de 250 mil. Mas um custo estimado em 150 mil reais de Parlamentares em exercício de mandato desejando boas festas. Como este é um ano eleitoral, as mães serão extremamente homenageadas ainda antes da campanha. Como este é um ano eleitoral, o coelhinho da Páscoa, nesse sentido bem material da ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo, também vai ser



homenageado a grande. Isso tudo é dinheiro. Isso tudo é campanha. E a legislação permite. Não pede nem que se preste contas disso.

O senhor considera que nas condições atuais esse tipo de procedimento que o senhor teve — e foi muito franco aqui em falar. Cerca de 80 mil gastos na sua campanha, não contabilizado — ou daquilo que o Presidente Ricardo Berzoini falou de informalidades de campanha, o senhor acha que é possível evitar isso nas condições atuais, ou que essa é uma corrente, uma camisa-de-força, é impossível fazer campanha sem ilegalidades?

**O SR. EVERALDO ANUNCIAÇÃO FARIAS** - Olha, Deputado, claro que são julgamentos, posicionamentos que posso tranqüilamente fazer a V.Exa. e aos demais, mas, por excelência, sou muito positivista, respeito o comportamento da sociedade e o futuro. Penso que o que aconteceu ontem, as votações que V.Exa. tem dado aqui no Parlamento, é uma demonstração desse aperfeiçoamento de ação política. Óbvio que eu não tenho a expectativa que todos os processos de mudança não tenham um período de transição a médio prazo. Achar que uma transformação rápida e que seria tão-somente feita aqui dentro do Parlamento, que ela iria acontecer com velocidade... Porque eu acho que é uma necessidade também, como eu disse, que o eleitorado possa dividir essa responsabilidade. Penso que se não houver essa complacência entre o político e o eleitor teremos dificuldades. Volto a repetir a V.Exa. que será difícil ter um comportamento ético sob uma pressão antiética do eleitorado. Penso que essa discussão que hoje está tomando conta do País ela vai permitir que a gente tenha um processo eleitoral dentro de regras mais estabelecidas, igualitárias. Eu, por princípio, defendo financiamento público de campanha, a fidelidade partidária, defendo condições que possam inibir. Mas claro que isso é um processo que vai se dar na sociedade, no Parlamento. E eu sou otimista de que estamos caminhando para chegar a um equilíbrio para as eleições.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - O Deputado Orlando Fantazzini está pedindo um aparte. Vamos ouvi-lo.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Sr. Presidente, eu só queria, dentro dessa perspectiva do Deputado Chico Alencar, dos *outdoors*, dizer que ela interessante. Há uma legislação — e o Presidente Ricardo Izar sabe. Até para se colocar um *outdoor* tem de cumprir toda uma legislação, o licenciamento. E é



interessante que detentores de mandato — e aí vou falar da minha cidade. A quantidade de *outdoors* desejando Feliz Natal e Feliz Ano Novo, lá na cidade de Guarulhos... São Instalados *outdoors* totalmente de forma irregular, não cumprindo a legislação, mas contando com a complacência do Chefe do Executivo, que é do mesmo partido. Além do gasto, que não tem controle, que é um abuso do poder econômico, inclusive conta com o beneplácito da administração municipal por esta não fazer a fiscalização e não exigir o cumprimento da lei para a instalação dos *outdoors*. Portanto, não paga as contribuições, das quais deveria fazer o recolhimento devido aos cofres públicos. Então, isso faz com que, de fato, haja um estímulo sistemático pela eleição ou pelo poder, levando sistematicamente a sociedade ao descrédito em relação àqueles que deveriam fazer com que as leis que eles aprovam sejam cumpridas. E é justamente o oposto. Então, a sociedade sistematicamente também vem se distanciando do Parlamento, embora, como o senhor disse, tenhamos feito algumas ações aqui no sentido de buscar uma reaproximação. Por exemplo, ontem nós discutimos rapidamente — desculpe-me, Sr. Presidente, por avançar — por que a existência de legislação do não pagamento do extraordinário só para o Parlamento Federal. Quero dar um exemplo aqui: a Câmara Municipal da cidade de Guarulhos aprovou jetom de 1 mil e 200 reais por cada sessão extraordinária.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Agora?

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Agora, no começo do ano. Para cada sessão extraordinária, os Vereadores de Guarulhos vão receber 1 mil e 200 reais. Quer dizer, enquanto nós fazemos todo um esforço aqui no sentido... Eu me incluo nesse esforço, desde o início me recuso a receber, e já disse isso, por uma questão de princípio. Não quero fazer julgamento daqueles que recebem. Então, a Casa é foco da imprensa, que não tira os olhos aqui dos Deputados, com toda a justeza e razão, mas se esquece que lá na base, nas Câmaras de Vereadores, estão aprovando jetom: 1 mil e 200 reais por sessão extraordinária. Quer dizer, se a Câmara tomar a decisão de fazer obstrução, aí vai fazer convocações de sessões extraordinárias e, na sessão extraordinária, os Vereadores ganharão mais do que Deputados Federais. Mas isso não é levado em conta porque é uma Câmara Municipal de uma cidade. A Câmara Federal dá muito mais



destaque. Por isso que eu acho que nós deveríamos fazer extensiva essa legislação, no sentido de não poder receber...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Só se for Constituinte, nobre colega.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Pois é, Deputado. Mas nós temos que pensar. Nós podemos fazer emenda constitucional. Então, nós temos que pensar em convocar uma nova Constituinte, fazer uma revisão constitucional, senão, não adianta nós darmos o bom exemplo aqui quando a base tem conhecimento de que o foco está direcionado para a Câmara Federal e passa a implementar tudo aquilo que nós aqui estamos fazendo esforço para acabar. Então, é lamentável que a classe política — aí, eu quero dizer o conjunto — não tenha consciência da necessidade de, por nossos gestos, darmos o exemplo para, inclusive, alterar esse comportamento, como o senhor acabou de dizer, em que o candidato fica sendo assediado, porque o próprio eleitor, que condena, quer jogo de camisa, quer botijão de gás, quer o remédio, quer isso, quer aquilo, mas não quer saber de onde vem os recursos. Depois, obviamente, ele vai condenar, quando tem conhecimento de que os recursos vieram de caixa 2 e assim por diante. Eu acho que nós temos que fazer um esforço maior, porque está mais do que comprovado que este sistema está totalmente falido e nós não vamos alterar as relações se não alterarmos o sistema, lamentavelmente. O partido ao qual pertenci e do qual saí para poder continuar defendendo os meus princípios teve todas as condições nas mãos para fazer essa mudança e optou por dar continuidade à mesmice a que, ao longo de séculos e séculos, temos assistido aqui no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, eu gostaria de lembrá-los que, além do Sr. Everaldo, ainda temos mais 4 testemunhas.

A próxima inscrita é a Deputada Ann Pontes.

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** - Sr. Presidente, muito obrigada e fique tranquilo que serei bastante objetiva. Sr. Everaldo, só para que fique registrado e preciso: V.Sa. confirma ter recebido do Deputado Josias Gomes 60 mil reais? Foi isso?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Deputada, eu recebi do Presidente do PT da Bahia 67 mil reais.

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** - Sessenta e sete mil?





**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Se houver falha aí é de valores pequenos, mas...

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** - Certo. V.Sa. também confirma que, além do senhor, outras pessoas receberam ajuda para custear as despesas de campanha? V.Sa. confirma?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Correto.

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** - V.Sa. nos poderia precisar se os Srs. Martiniano da Costa e João Chaves também receberam ajuda do Deputado Josias Gomes?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Deputada, eu confirmo de Martiniano, porque este falou diretamente a mim. Do João, não tenho informação, tenho conhecimento, mas não formal, tal qual foi com o Martiniano.

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** - Próximo questionamento. Essa atitude de solicitar ajuda foi a primeira vez ou, em eleições anteriores, V.Sa. já havia solicitado esse tipo de ajuda ao Presidente do Diretório Regional do seu partido?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não, essa foi a primeira vez. Fui candidato a Vereador, elegi-me e não houve quase custo nenhum na campanha, foi uma situação... e, depois, numa outra eleição, foi uma eleição bem do partido, não foi a minha candidatura pessoal que organizou.

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** - Deixe-me só refazer a pergunta. O senhor teria conhecimento desse tipo de prática de o Presidente do Diretório conseguir junto ao partido, em âmbito nacional, repasses de ajuda aos candidatos, ou isso foi uma prática agora, iniciada agora, ou já havia isso anteriormente?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não, para o meu conhecimento, participei desse processo agora.

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** - Começou agora. E só para concluir. V.Sa. tem conhecimento do quanto foi efetivamente repassado ao Deputado Josias Gomes pelo ex-tesoureiro do PT?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Eu fui informado do valor de 100 mil reais.

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** - Por quem o senhor foi informado?



**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Pelo próprio Deputado, Presidente do PT, Josias Gomes.

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** - Então, só para fixar: V.Sa. foi informado pelo Deputado Josias Gomes de que ele teria recebido 100 mil reais?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Havia conseguido junto à Direção a soma de 100 mil reais para ajudar.

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** - Ele falou junto à Direção ou nominou o ex-tesoureiro?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Ele falou PT.

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** - Não nominou, então...

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não, não.

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** - ... quem o teria repassado?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não, não chegou a...

**A SRA. DEPUTADA ANN PONTES** - Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Marcelo Ortiz.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a primeira pergunta que faço é se V.Sa. fez outras campanhas políticas como candidato.

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Sim, Deputado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Sim.

Perdoem-me cumprimentar o colega Deputado, ou colega advogado. Perdoem-me a omissão, e o nosso Relator, Deputado Mendes Thame, que tem toda a minha admiração, sabe disso.

Nessas campanhas políticas anteriores, V.Sa. fez prestação de contas?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Sim, Deputado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Sim. E teve essas contas aprovadas?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Aprovadas.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - E V.Sa. nos sabe explicar por que não teve a conta agora aprovada, essa última conta? Por que ela não foi aprovada?



**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Foi uma questão técnica. O Valmir, aqui, no início, o Tribunal informou de umas notas com relação à data de cheque e coisas desse porte.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Sei, desencontro de datas de cheques de pagamento?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Correto.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Sei. E, nessa prestação de contas, estavam incluídos os 67 mil reais?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Não, porque V.Sa. não apresentou essas... não apresentou, nas suas contas, esse valor?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Correto, que eram valores de dívidas.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Sei.

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Se o senhor me permite, as contas anteriores, inclusive, eu não tinha dívida. Foi a primeira candidatura em que me envolvi e que fiquei com essa situação.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Sei. O senhor quer informar, então, que esses 67 mil reais o senhor teria recebido depois da eleição?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Corretamente.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Foi isso?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Corretamente.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - O senhor recebeu depois da eleição?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Depois das eleições.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - E, tendo recebido depois da eleição, pagou as dívidas e não fez comunicação ao Tribunal?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Ainda não.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ** - Ainda não. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade rápida. Não é o caso, eu gosto de fazer as perguntas e terminar com elas, mas o momento é propício para isso. Quero deixar bem claro que nós tivemos uma atitude, o nosso Conselho, de exatamente pedir que tivéssemos a solução desses pagamentos extraordinários. E,



desde o primeiro momento, eu sempre disse que a lei determinava que assim se procedesse. A cada convocação, a lei determina que há um pagamento. Agora nós temos um outro comando normativo, que, nós acreditamos, vai ser também da mesma forma o procedimento no Senado. Nós teremos, então, esse comando normativo a ser obedecido. E estaremos dentro de uma nova lei. E, obviamente, vamos cumprir essa lei. O que eu queria deixar bem claro é que até este momento a nossa Câmara não descumpra a lei. As colocações de que nós somos os que criamos as normas, os comandos, e não cumprimos, não são verdadeiras. O recebimento de uma parcela extraordinária, com os seus devidos descontos, que não chega a esse valor de 25 mil... Porque as pessoas se esquecem que, mesmo nesse valor, nós temos que pagar 27,5% de Imposto de Renda, 11% de contribuição previdenciária. Isso confunde muito a cabeça daqueles que se lembram ainda do que era efetivamente o jetom, ou o recebimento do Deputado Federal, em que não havia a incidência do Imposto de Renda. Eu sou Deputado de primeiro mandato, mas, pela minha advocacia — advoguei muito tempo —, sei perfeitamente que era assim. Então, quero deixar muito claro, porque o que acontece... Hoje eu tive, lógico, o desprazer de ouvir pela manhã, através da televisão, e vi agora nos jornais... A cada momento se faz uma nova exigência. Houve até aquele lamento: *“Muito bem, a Câmara Federal resolveu o fim do pagamento extraordinário, mas não vão devolver o que deveriam receber, ou que já receberam.”* Só esclarecer que isso foi feito de uma forma legal, perfeita. Ninguém está cometendo ilegalidade. E o povo deveria se ater também, ter essa preocupação de que muito do que ocorre tem bastante de fantasia, principalmente num ano eleitoral. Essas colocações de que existem mil filantropos, de que a filantropia hoje medra na Câmara. Eu não faço, não divulgo. Eu não divulgo porque o pessoal na minha cidade sabe o que eu faço de benemerência. Eles sabem, conhecem. Provedor de santa casa durante 14 anos. E provedor de santa casa é o sofredor de santa casa. Faz essa benemerência. Todo mundo sabe disso. E não adianta nós agora ficarmos criando, porque nós criamos; o próprio Parlamento cria esta situação de divulgação: *“Olha, eu estou doando para Fulano, estou doando para Beltrano.”* As pessoas devem lembrar que é muito válido, é perfeitamente válido fazer doações, ou fazer o bem com a mão direita, sem a preocupação de que a mão esquerda o saiba. Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O último inscrito é o Deputado Bosco Costa.

**O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, serei breve, até porque quem fica por último tem muito pouco a perguntar.

Mas, Sr. Everaldo, eu imagino — estou aqui, ouvi a fala de V.Sa. —, imagino o constrangimento que V.Sa. tem passado, eu posso dizer. Servidor público, Vereador, foi convidado para participar de uma campanha para Deputado Estadual. V.Sa. fez a exposição de motivos de que precisava de ajuda. Hoje, pela exposição de V.Sa., V.Sa. ainda está em débito. Imagino o constrangimento, porque eu não sei se na Bahia é diferente de outros Estados. No meu Estado, Sr. Everaldo, o político anda muito desacreditado. Dificilmente ele consegue crédito para aquisição de material de campanha. Só, é óbvio, quando ele é uma pessoa muito conhecida. Então, eu acho que V.Sa. deve estar passando por um constrangimento muito grande de ter conseguido esse crédito junto ao comércio e hoje ainda dever saldo de campanha.

V.Sa., quando recebeu em torno de 67 mil reais para quitar débitos, não houve uma preocupação. É óbvio que V.Sa. sabia que estava recebendo do Partido dos Trabalhadores, partido do Governo. Quando V.Sa. recebeu esse dinheiro, sem nenhum documento, sem nenhum recibo, V.Sa. não se preocupou, ou não pensou, em momento algum, que isso poderia ser dinheiro de caixa 2?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Deputado, primeiro, sobre o constrangimento, realmente, eu disse há pouco sobre as conseqüências legais e políticas. Legais, eu diria a V.Exa. que as tenho, de fazer a retificação junto ao Tribunal, porque não há, além dessa necessidade de retificação... Porque, quanto à parte política, eu confesso a V.Exa. que, para mim, é até mais tranquilizador vir aqui, mesmo sabendo de todo o desgaste do ponto de vista político, porque eu tenho que admitir que sou também responsável por ter levado o Deputado a buscar esses recursos para quitação. Porque a pressão que eu — e eu tenho certeza e falei a partir do Deputado Martiniano — e o candidato, melhor dizendo, fez para que o Presidente do PP resolvesse a situação foi muito grande. Nós fizemos



constantemente. Quanto ao que V.Exa. levantou, permita, da última questão, V.Exa. poderia repetir?

**O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA** - Se não houve uma preocupação de V.Sa. em receber esses recursos sem nenhum recibo, sem nenhuma contabilidade, em virtude de o PT ser o partido do Governo, um grande partido, principalmente o partido do Governo?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Então, com respeito aos recibos, tem a nota fiscal das camisas, lembro-me que foi feita a nota fiscal à época. As outras pessoas, o carro de som e o rapaz que fez todo o serviço, ele me deu um recibo, daqueles recibos comuns, azul, à época. Inclusive, depois eu pedi, depois que toda situação foi externada, que os companheiros meus do PT de Ilhéus e que tivessem relação em Itabuna buscassem uma declaração junto a ele de que recebeu aquele recurso naquele período. Que ele pudesse dar essa declaração agora que foi feito, e eu pedi que fosse juntado, repassei ao Deputado Josias que fosse juntado aos autos. Porque, na época, quando ele recebeu o dinheiro... que ele confirmasse o documento, e esses documentos foram juntados. Porque, à época, ele me deu, como falei aqui, aqueles recibos simples, que eu, como não tinha orientação de como seria essa retificação, que seria tal qual a nota fiscal que recebi, foi substituído posteriormente. Mas não tinha em mente nenhuma irregularidade no repasse do recurso, de ter uma origem irregular do recurso.

**O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA** - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, eu acho que o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, está vivendo um momento de reflexão. Temos que refletir. Acredito eu que essa legislação nossa, legislação brasileira, ela deve ser mudada. Quanto mais rápido, melhor. Até para não acontecer o que ocorreu ontem, o que aconteceu esta semana, para que a sociedade ache que a Câmara está tomando decisão sob pressão. Acredito que é um momento de reflexão. Precisamos, o mais rápido possível, pensar numa nova legislação eleitoral, em que possam todos os candidatos, de Vereador a Presidente da República, ter uma legislação mais justa, com mais respeito ao cidadão e ao político. Mas é lamentável que muitas das vezes a legislação brasileira possa levar pessoas de bem ao Código de Ética, à quebra do decoro parlamentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.



**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sr. Presidente, só uma pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Tenho apenas uma indagação complementar ao Sr. Everaldo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - É a última, por favor.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sim. O senhor fez dobradinha — é a expressão política, não é, usada em nosso Estado, inclusive — com o então candidato e hoje Deputado Josias Gomes?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Também com o Deputado Josias Gomes.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - E em que Municípios?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Fiz com o Deputado... Deputado, por exemplo, em Itabuna...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Com o Josias.

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Com o Josias, por exemplo. Tinha o Josias e tinha outros Deputados do PT, e confesso que houve manifestações de outros partidos à época que não tinham candidatos junto comigo. Então, eu não posso precisar a V.Exa. se tinha um Município exclusivo com o Deputado Josias.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Mas algum onde era uma base principal sua, onde tenha havido maior contribuição de votos de sua pessoa para o companheiro Josias?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - A votação minha mais expressiva foi no Município de Itabuna, e teve muitos votos com o Deputado Josias. Não só com o Deputado Josias, mas a maioria dos meus votos nesse Município foram...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Casados com ele?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - ... foram casados com ele. E foi uma decisão, permita-me, inclusive do diretório municipal que os candidatos no Município seriam...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - E V.Sa. era Vereador candidato a Deputado?



**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não, eu já havia cumprido o mandato de Vereador.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Mas a liderança principal na contribuição de votos era sua em relação a ele?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Eu diria que... expressar se era a minha que puxava voto para ele, não, porque havia inclusive um apoio, como eu disse, do diretório...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Quantos votos teve lá em Itabuna?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Em Itabuna, aproximadamente 6 mil votos.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - E ele?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Ele teve 9 mil votos.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Obrigado.

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Mais que eu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Antes de chamarmos a próxima testemunha, o Relator ainda tem alguma pergunta a fazer?

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Uma simples complementação. O senhor declarou que fez uma retificação da sua prestação de contas. Em que época, Sr. Farias?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Se eu não me engano, Deputado, foi em 2000. A eleição foi em 2002, acho que foi início de 2003, no primeiro semestre, se não me engano.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Logo em seguida à declaração e antes de receber os recursos?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Foi antes.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Antes?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Antes.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Perfeito. E nessa primeira retificação, o senhor aportou, acusou, declarou o recebimento de mais recursos?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não, não, retratei-me tão somente àquela indagação, inclusive (*ininteligível*).





**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - O senhor também afirmou que conheceu o Deputado Josias Gomes quando ele esteve trabalhando lá numa entidade chamada FASE?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Correto.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Que entidade?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - É uma ONG que faz trabalho educacional e sindical, apoio sindical. Trabalhava políticas de desenvolvimento regional.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Ligada ao PT?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Não, era ligada se não me engano, a um financiamento internacional.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Recebe financiamento internacional?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Recebia financiamento internacional, e junto à diocese de Itabuna — lembro muito dessa relação, que essa entidade tinha relação.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - O senhor chegou a prestar serviço para a FASE?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Nunca, o meu primeiro e único emprego foi o concurso que eu fiz para trabalhar no Ministério da Agricultura.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Sei. E o Deputado Josias era contratado dessa ONG?

**O SR. EVERALDO ANUNCIÇÃO FARIAS** - Contratado.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - É o suficiente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, eu agradeço a presença ao Sr. Everaldo Anunciação Farias e convido a próxima testemunha, José Maria de Abreu Dutra.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Dr. Márcio.



**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Só por lealdade à Comissão, de um modo geral, um esclarecimento que as demais testemunhas, nenhuma delas recebeu qualquer valor, todas estão na condição de testemunho de antecedentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Porque isso, eventualmente, pode...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Foi bom o senhor avisar.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - ... proporcionar ou não maior interesse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Sr. Presidente, antes do início do depoimento do Sr. José Maria, apenas aproveitando a presença forte aqui de Conselheiros para lembrar nosso cronograma, porque alguns colegas, inclusive, não estão lembrando da importantíssima votação conclusiva do relatório do processo do Deputado Wanderval Santos, amanhã, sexta-feira. Se alguém tiver alguma impossibilidade, deve alertar o suplente. E amanhã, também, o Deputado Pedro Canedo. O senhor podia lembrar aí o cronograma?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pois não. Amanhã nós teremos a leitura do parecer do Deputado Nelson Trad no processo do Deputado Roberto Brant. Isso de manhã. À tarde, nós teremos o Deputado Pedro Canedo no processo do Deputado Professor Luizinho. Na sexta-feira, V.Exa. deverá... não, nós iremos discutir e votar o parecer de V.Exa. no caso do Deputado Wanderval Santos. Isso é muito importante. Quero alertar todos os partidos. Aqueles que não puderem vir convoquem os seus suplentes.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Quais os horários de amanhã?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Amanhã, 10h da manhã, o primeiro e, à tarde, às 15h.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Sexta-feira, às 9h30min.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Às 9h30min em ponto.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado Pedro Canedo.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO** - Sr. Presidente, o Deputado Chico Alencar antecedeu-me. Eu também ia pedir a palavra pela ordem exatamente para



tratar desse assunto e solicitar de V.Exa., dos Conselheiros, o empenho para que nós possamos, na sexta-feira, iniciar às 9h, uma vez que estaríamos aqui normalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - É verdade.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO** - Poderíamos iniciar às 9h, em vez de 9h30min.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Perfeitamente. Se quiser marcar para às 7h da manhã...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - A reunião de sexta-feira, então, será às 9h.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO** - E amanhã, a leitura do meu relatório, se também pudesse ser às 14h30min, mesmo que nós não tenhamos concluído a do Deputado Roberto Brant...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Então, fica amanhã marcado, para as 10h, do Nelson Trad, e, para as 14h30min, de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CANEDO** - Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputada Angela.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Quero apenas também uma informação nesse sentido. Não é conveniente que fiquemos interrompendo um processo de depoimento, mas antes de começarmos a ouvir a nova testemunha, ontem houve a compreensão da sua parte de uma suspensão do depoimento do Deputado José Mentor, com uma retomada num outro momento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Exato.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - ...para continuidade da oitiva do depoimento. O senhor já marcou essa continuidade?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Ainda não. Estou vendo a agenda. Possivelmente nós marcaremos para a semana que vem, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Está bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - A atual testemunha é o Sr. José Maria de Abreu Dutra. Eu vou ler o termo de compromisso.

*(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Termo de compromisso:



*“Nos termos do art. 12, Inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 12, de 2005, Representação nº 48, de 2005, instaurado contra o Deputado Josias Gomes.*

*Sala das Reuniões, 18 de janeiro de 2006.*

*José Maria de Abreu Dutra”.*

Com a palavra o advogado, Dr. Márcio Silva.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Sr. José Maria, gostaria que o senhor dissesse desde quando o senhor conhece Josias Gomes e se, durante esse período, de quando conhece até mais recentemente, atuou na direção do Partido dos Trabalhadores na Bahia.

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Eu conheço o Deputado Josias Gomes desde 1989, foi o período em que ele chegou na Bahia. Eu sou da direção do PT no Estado desde 87 e participei com ele da direção do partido. Ele passou a participar da direção do partido a partir de 95. E a gente convive na direção do partido durante esse período.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Qual era a sua função na direção do partido?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Eu fui Secretário-Geral, fui Secretário de Formação Política, fui Tesoureiro do partido também em algumas gestões.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - É normal, quando, numa dificuldade financeira pós-campanha, o candidato ainda com dívidas remanescentes procurar apoio junto ao Diretório Regional? E se é verdade isso, a quem essa pessoa se reporta? É ao Tesoureiro, ao Presidente, ao Secretário de Articulação, como é que você poderia esclarecer isso?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Nesses anos todos que eu participei da direção sempre foi muito dura a campanha eleitoral, principalmente para aqueles que não se elegem. E em todo esse período a direção partidária na Bahia sempre teve muita dificuldade financeira para as campanhas e normalmente há uma pressão a mais ao Presidente do partido no sentido de buscar contribuições



porque a própria direção na Bahia sempre teve muita dificuldade, e essa pressão é grande junto principalmente ao Presidente.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Especificamente com relação a esse aporte financeiro, objeto da presente representação, o senhor teve conhecimento de que alguns candidatos procuraram diretamente o Deputado Josias Gomes? Quais as providências que ele adotou?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Quando terminou a eleição de 2002, o Josias se elegeu. Era no período o Presidente do partido... E tenho conhecimento, sim, de alguns candidatos a Deputado que não se elegeram que foram pedir ajuda, pedir apoio ao Presidente do partido.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Isso era com grande intensidade? Como é que era esse tipo de abordagem? Você tem essa informação?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Não, era uma pressão grande. Pelo menos pelo que eu acompanhei, era uma pressão grande, porque as pessoas que não se elegeram saem com muita dificuldade de uma campanha eleitoral e aí buscam, sim, pressionam muito, sim, e houve, sim, bastante pressão.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Você à época dos fatos soube pelo Deputado Josias que ele tinha recebido dinheiro junto à Direção Nacional, que ele havia conseguido esses recursos?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Soube, soube.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - E ele lhe disse o valor?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Ele não me comentou valores, só comentou que conseguiu um apoio da Direção Nacional do partido para alguns companheiros que estavam em bastantes dificuldades financeiras no período.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Agora, você que tem conhecimento inclusive de tesouraria, esse valor teria sido encaminhado ao Diretório Regional ou diretamente às candidaturas?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Porque as candidaturas têm contabilidade própria, têm prestação de contas próprias. Então, uma prestação de contas de uma candidatura não passa pelo partido, não passa pela prestação de contas do partido. Então, normalmente esse recurso seria passado diretamente às



pessoas que teriam sido candidatas, porque esse tipo de recurso não passa pela contabilidade própria do partido.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - E você sabe como se deu essa sistemática de repasse? Porque o que consta dos autos é que o Deputado Josias retirou em espécie junto à Direção Nacional e repassou esses valores para os candidatos. Havia um recibo, uma sistemática de prestação de contas?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Olha, eu não tenho conhecimento dos detalhes de como foi feito o procedimento, eu não tenho conhecimento desses detalhes. Agora, quer dizer, seria uma coisa da Direção Nacional direto com a pessoa que receberia. Imagino, imagino que seria algo assim, algo que a Direção Nacional repassa e aquela pessoa que recebe faz a prestação de contas, uma vez que o dinheiro é destinado àquela pessoa.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Sem passar essa prestação, essa intermediação se deu no repasse de valores, mas não na prestação de contas ao Diretório Nacional. Foi direto, então?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - É isso que eu estou dizendo. Eu não tenho conhecimento porque eu não acompanhei esse processo, inclusive eu estava aqui em Brasília no período do acontecimento dos fatos. Então, eu não acompanhei o processo com detalhe. Então, o que eu estou dizendo? É que o procedimento normal seria... O procedimento que eu acho que pode ter acontecido é porque, se ele recebe um dinheiro da Direção Nacional destinado a uma pessoa que foi candidato, essa relação se dá entre a Direção Nacional e esse candidato. Nesse caso, o Josias teria funcionado com um intermediário nessa relação.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Certo. Você sabe dizer se o Deputado Josias teve a sua prestação de contas aprovada pelo Tribunal Regional Eleitoral?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Não, não tenho informação.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Não tem essa informação. O senhor sabe dizer se ele recebeu algum valor pessoalmente, ou se foi só o repasse aos candidatos que pressionavam o então Presidente do PT local?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Olha só, conheço... Ele só comentou comigo desses valores. Eu não tenho conhecimento de nenhum outro valor que ele tenha recebido. Eu só tenho conhecimento desses valores.



**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Você que conhece o Deputado Josias há um bom tempo e acompanhou a sua vida anterior e posterior ao mandato de Deputado Federal, você sabe dizer se houve um acréscimo patrimonial relevante por parte do Deputado Josias Gomes?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Não, não. Eu aí afirmo, porque conheço bem, a gente tem uma relação de direção partidária próxima, e é a mesma situação, não tem nenhum acréscimo patrimonial. O Deputado Josias tem uma vida dedicada à luta política. Conheço bem, não existe nenhuma evolução do patrimônio dele que eu tenha conhecimento.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Sra. Presidenta, estou satisfeito.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Dando prosseguimento à nossa reunião, chamo o primeiro inscrito, Deputado Jairo Carneiro. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sra. Presidenta, nobre Relator, senhor advogado, colegas, Sr. José Maria Dutra, o senhor hoje ocupa que cargo na direção do partido no Estado?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Eu sou da Executiva Estadual do PT, eu sou Secretário de Assuntos Institucionais.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Na época da campanha de 2002, qual era o seu cargo?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Na campanha de 2002, eu participei..., fui um dos coordenadores da campanha majoritária no Estado.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Campanha majoritária. E Josias Gomes, candidato a Deputado Federal?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Como coordenador da campanha... Em 2002, foi coordenador, mas qual era a sua função, seu posto?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Eu era membro da Direção Estadual do PT, não era da Executiva, no período.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Coordenando a campanha majoritária, o senhor também lidava com a parte financeira da campanha?



**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Não. Eu lidava mais com a parte organizativa da campanha. Tinha uma área que era financeira, e eu não lidava com essa área.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Não tinha qualquer relação com a parte financeira?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Não, não. Eu participava mais da área operacional, a área mais de logística, de distribuição de material e agenda.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Mas tem conhecimento sobre os recursos financeiros para a campanha majoritária?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Conhecimento não profundo, algum conhecimento, pequeno conhecimento.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Por exemplo, os candidatos a Deputado contribuíam para a campanha majoritária?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Contribuem.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Contribuem. Muito bem. Sr. Relator, eu considero relevante... Sr. Relator, considero relevante que o senhor possa dispor das informações sobre os gastos de campanha para Deputado do Deputado Josias Gomes. E esses dados estão disponíveis nos *sites* do TRE ou do TSE, para saber os ingressos, as contribuições que ele repassou para o candidato a Governador do Estado. Mas eu prossigo: o senhor tem uma amizade de longo tempo com o Deputado Josias Gomes?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Tem conhecimento — creio que o advogado já fez a indagação — de contribuições financeiras para a campanha dele a Deputado Federal?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Não, não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Qual a razão essencial que o senhor atribui à indicação do seu nome para figurar aqui como testemunha?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Eu sou uma pessoa que convivo com ele há bastante tempo e posso atestar essa coisa do patrimônio, essa coisa da... da forma como ele sempre trabalhou, da forma honesta como ele sempre trabalhou na política, sempre trabalhou nessa coisa dos recursos.





**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Mas não tem conhecimento dos fatos que são imputados a ele, objeto do processo?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Tenho conhecimento...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Conhecimento de notícia, mas não...

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - De ele ter comentado comigo de ter conseguido junto à direção nacional do partido...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Mas não de ter de algum modo participado desse circuito?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Não. Participado, não. Mas ter conhecimento de comentários, e tal, que estavam sendo solucionados esses problemas que estavam sendo demandados a ele.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - O senhor sabe se, ao concluir a campanha, ele também saiu com dívidas de campanha, ele próprio?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Sei. Ele fez alguns empréstimos para saldar essas dívidas. Empréstimos que eu acredito que ele nem tenha quitado.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - O senhor sabe se ele relacionou essas dívidas de campanha na prestação de contas perante a Justiça Eleitoral?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Não sei, não sei.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Então, Sr. Relator, será importante também que V.Exa. possa aferir essas informações na prestação de contas que está disponível também no *site*.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Obrigada, Deputado. Com a palavra a Deputada Angela Guadagnin. V.Exa. tem a palavra por 10 minutos.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Sr. José Maria, muito obrigada por sua presença aqui para contribuir com o andamento do processo. O senhor já foi candidato a algum cargo eletivo?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Só numa eleição, mas não diretamente; eu fui candidato a suplente de Senador na chapa do Ministro Waldir Pires.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - O senhor já disse que conhece há tanto tempo, trabalha junto no Diretório, na militância partidária, o



Josias, e se colocou para o Deputado Jairo Carneiro que veio aqui para fazer um testemunho do caráter, da firmeza, da ideologia do Deputado Josias Quintal. O senhor o considera uma pessoa honesta, de boa-fé?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Considero, com certeza. É uma pessoa dedicada à função do nosso partido no Estado, dedicada à melhoria de condições de vida do povo humilde e pobre da Bahia; uma pessoa muito simples, uma pessoa que luta muito pela melhoria de condições de vida do nosso povo.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - O Deputado Jairo Carneiro lhe perguntou se, dentro das campanhas que o PT realiza, os candidatos a Deputado fazem doação para a campanha do majoritário. Eu queria que o senhor esclarecesse para nós se essa doação é através, por exemplo, do material que o candidato a Deputado faz, como santinho, *outdoor*, placa, camiseta, qualquer outro material de propaganda, ou se tem repasse de recursos. Porque, de alguma forma, a campanha do Deputado em colocar nome, trazendo para as atividades, ele está fazendo a campanha do majoritário, ou se realmente tem na contabilidade dele um repasse de recursos. Como é comum no Partido dos Trabalhadores esse gasto?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - É. Eu respondi à pergunta contribuições na campanha, não é? Essa contribuição se dá de vários modos, eu ainda não detalhei a forma. Se dá com a produção de material, colocando a marca, o nome, e tal, se dá com movimentação de militância. Recursos financeiros, não tenho nem conhecimento, porque as campanhas nossas são campanhas muito pobres, são campanhas com muita dificuldade de recursos. Então, eu não tenho conhecimento de transferência de recursos, de proporcional e tal. Às vezes, também no pagamento conjunto de programa de televisão e tal. Quer dizer, o rateio desse tipo de gastos que é feito. Transferência financeira, eu não conheço.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Obrigado, Sra. Presidente... Presidenta. Quero cumprimentar o Relator, o que não o fiz — as duas formas estão corretas — no início. Também ao Dr. Márcio, quero agradecer a presença da testemunha.



Queria inicialmente perguntar ao Sr. José Maria Dutra se a comunicação que o Deputado Josias fez quanto a ter conseguido recursos para ajudar os candidatos foi uma comunicação oficial ao partido ou foi numa conversa informal com V.Sa.

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Nesse período, eu não estava na Executiva do partido na Bahia. Foi numa conversa informal comigo.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Informal? Quer dizer... Então, o senhor sabe desses fatos porque ele lhe disse? O senhor não participou com ele nas tratativas, não viu recurso, não sabe nada além do que ele lhe disse? É isso?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - É. Além do que ele me disse e além também do que os próprios companheiros que receberam o recurso também. Não sei se todos, mas pelo menos o Everaldo eu tenho certeza que comentou comigo.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Sim, mas só de ouvir dizer pelo Deputado Josias e pelo Sr. Everaldo, e o senhor não teve participação direta em nenhuma tratativa com o Diretório Nacional ou com o Diretório Estadual?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Não.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - O senhor disse que já foi tesoureiro do Diretório Estadual. Na oportunidade em que o senhor estava à frente da tesouraria, alguma oportunidade, o Diretório Nacional enviou recursos para o Diretório Estadual?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Olha, eu fui tesoureiro já faz muito tempo. Eu fui na gestão 92 a 94. Então, faz muito tempo que eu fui tesoureiro. Naquela época, ainda a gente não tinha nem o fundo partidário, e a gente vivia naquela época mais da contribuição dos Parlamentares. Naquela época, a gente não teve; ao contrário, naquela época a gente fazia repasse de uma parte da contribuição dos Deputados para a direção nacional.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Para a nacional. E era feita assim de forma informal?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Não. A gente contabilizava.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Tinha recibo?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - É. Era contabilizado.



**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Quer dizer, o partido declarava a saída dos recursos da estadual...

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - É porque naquela época a gente não precisava prestar contas à Justiça Eleitoral, mas o partido tinha sua contabilidade organizada.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Mas tinha a prestação de contas para com...

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - ... prestação de contas interna, para com o Diretório.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Sim. Então, a prática do partido nunca foi a informalidade? Sempre foi a formalidade?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Não. Isso.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Quer dizer, essa é uma prática histórica do partido? Sempre fazer as coisas de forma formal, até para não suscitar nenhum tipo de desconfiança entre o conjunto da militância. Então, por isso, uma prática democrática de que todos têm direito de ter conhecimento de quanto o partido arrecada, quanto o partido gasta e quanto é repassado?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Sim. Era essa a prática.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Essa sempre foi a prática do partido. O senhor, alguma vez, fez algum repasse, na qualidade de tesoureiro estadual, em alguma campanha, para algum candidato, sem que ele tivesse a obrigatoriedade de emitir qualquer recibo?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Não. Nunca fiz.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não. Sempre dentro dessa prática de... entregou o dinheiro, recibo para ser formalizado na contabilidade partidária? Essa foi a prática?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - O senhor não tem conhecimento se o Deputado Josias, ele pediu recibo ao candidato que recebeu esses recursos que ele repassou na qualidade, entre aspas, de “intermediário” entre a nacional e o candidato?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Não. Não tenho conhecimento.



**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Quer dizer, não é uma prática habitual do partido? Quer dizer, sempre que há um repasse de recursos, o partido tem por prática o recebedor emitir um recibo, até porque o Deputado Josias tinha como comprovar aqui, na nacional, e dizer: *“Olha, tanto eu entreguei para Beltrano, está aqui o recibo; tanto para Sicrano, está aqui o recibo”*. Ainda que os recursos não tenham sido direcionados ao Diretório Estadual, o recibo teria que ser emitido. Porque, quando o senhor disse: *“Não. Numa relação direta do candidato, era o candidato quem tinha que prestar a conta”*, mas o candidato tem que fazer o lançamento da origem dos recursos. Quer dizer, paguei a dívida tal pela contribuição do Diretório Nacional, com tanto, conforme recibo, porque já não tinha mais o bônus eleitoral, mas você tem que justificar a origem do dinheiro. Quer dizer, pelo que nos disse o Sr. Evandro, não é?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Everaldo.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Everaldo aqui, ele não prestou contas, nem para Justiça Eleitoral, e, pelo visto, também nem para o Diretório Nacional. E o que me causa estranheza é que um presidente de Diretório Estadual, que conhece essas regras, um fundador do PT, que tem embutida na vida cotidiana dele essa história da transparência, da democracia, não ter pego recibo e atribuir, dizendo: *“não é uma relação do Diretório Nacional e...”*, sendo que quem recebeu na ponta sequer sabia da origem do dinheiro. Sabia que vinha da Nacional, mas da Nacional.... Portanto, uma prestação de contas tem que ter recibo. Então, a mim me estranhou muito essas afirmações de que é uma relação do candidato com o partido, que, de fato, não é, porque ainda que fosse o representante do partido naquele momento é o Presidente do Diretório Estadual que deveria colher o recibo, até porque entregou em espécie. Quer dizer, uma pessoa se deslocar com 67 mil reais de Brasília para Salvador e de Salvador para Itabuna... Hoje em dia é algo muito estranho portar uma quantidade de dinheiro. Se é uma relação normal, legítima do partido, até onde eu sei, o partido faz através de cheque, através de TED, quer dizer, com toda uma documentação. E, depois, a mim causa muita estranheza essa relação que não é uma prática do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - V.Exa. me permite?

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Pois não.



**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Nós sempre tivemos uma relação de muita confiança entre nós. E aí é mais suposição. Suponho que o Deputado Josias tenha, como ele serviu de intermediário para repassar esse recurso, comunicando àqueles candidatos que era dinheiro da Nacional, tenha na relação de confiança que é estabelecida entre nós, presumido que a prestação de contas seria feita pelo próprio candidato.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - É, nós perguntamos ao Sr. Everaldo se o Deputado Josias havia pedido recibo, se ele fez recibo para o candidato, ele disse que não. Então, por mais confiança que haja, tem de ter também o mínimo do que é da legalidade dos atos e da transparência dos atos. Por isso me causa estranheza.

Só para encerrar, Sra. Presidenta, ilustre Relator, o Deputado Jairo fez um questionamento sobre a contribuição. A Deputada Angela o reinquiriu, e o senhor disse que não, que tem várias formas de contribuir. Pena que o Deputado Jairo não esteja aqui agora, mas quando eu fui indagar o então Ministro Nilmário Miranda, que veio aqui prestar depoimento também e que havia afirmado categoricamente sobre a questão da prática partidária de que todos os candidatos têm de contribuir com a candidatura majoritária. Disse que essa é uma prática do partido. E eu me recordo que, na oportunidade, inclusive, pedi que o ilustre Relator verificasse se nas declarações do Deputado João Magno estavam consignadas as contribuições, porque o ex-Ministro foi categórico. Ele não disse assim: *“não, é uma contribuição de panfleto”*... Não. É contribuição mesmo. E ele afirmava: *“há que se pagar o programa de televisão, que é cara, então todos têm de contribuir”*. Então, eu quero aqui ouvir de V.Sa. se a versão do ex-Ministro Nilmário Miranda não é a correta, se essa contribuição não é uma contribuição financeira. Daí não é uma contribuição em que cada um ajuda e contribui como quer, não é? Por exemplo, eu contribuí na campanha do Governador Genoíno, mas a minha contribuição foi de fazer campanha na rua. Essa foi a minha contribuição, até porque, em São Paulo, não foi nos termos como o ex-Ministro Nilmário havia afirmado, e nós nem participamos do programa de televisão, não é, Deputada Angela? A campanha de televisão em São Paulo foi direcionada só ao ex-Ministro José Dirceu, e nós não tivemos tempo de televisão. Então, aí, o partido é quem arcou com toda a despesa, o Partido dos



Trabalhadores estadual foi quem arcou com toda a despesa do programa de televisão, porque foi direcionado preferencialmente privilegiando só o então candidato José Dirceu. Na Bahia, os candidatos deram essa contribuição financeira ou não?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Olha, nós, na Bahia, é como eu falei: nós sempre fizemos campanha com muita dificuldade, tanto a majoritária quanto as proporcionais. Sempre foram campanhas muito difíceis. Eu não tenho conhecimento de transferência de dinheiro dos proporcionais para a majoritária. Não tenho conhecimento. Tenho conhecimento, sim, das diversas formas de contribuição: de colocar nome no material, de campanha de rua e, em alguns casos, nem todos, mas alguns contribuirão na produção do programa de televisão. E não tenho conhecimento de contribuição em dinheiro.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Nem tem conhecimento se a norma partidária, que aqui deixou bem clara o ex-Ministro Nilmário Miranda, foi implementada no Estado?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Não é isso. Eu não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não tem conhecimento. Está o.k. Muito obrigado.

Estou satisfeito, Sra. Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Obrigada, Sr. Deputado.

Como não há mais inscritos, eu consulto os Conselheiros sobre se há interesse de alguma manifestação.

**O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA** - Eu acho que estou inscrito, Deputada.  
(Pausa.) Bosco Costa.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Não.

**O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA** - No verso, não?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Exato, desculpe-me. V.Exa., de fato, está inscrito.

Com a palavra o Deputado Bosco Costa.



**O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA** - Sra. Presidenta, Sr. Relator, Sr. José Maria, V.Sa. sabe quantas pessoas ou quantos candidatos receberam ajuda do PT nacional para quitar saldo de campanha?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Olha, eu só tenho conhecimento... Inclusive tive conhecimento desses 3 candidatos que não foram eleitos, que foi essa ajuda intermediada pelo Deputado Josias.

**O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA** - V.Sa. sabe quantos candidatos disputaram a eleição pelo PT na Bahia?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Olha, eu não sei precisar o número, não, mas teve um bom número de candidatos. Mas eu não sei precisar.

**O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA** - O que eu acho meio estranho é porque me parece que 100 mil reais foram enviados pelo Diretório Nacional. Só o Everaldo recebeu 67. Então, os outros candidatos que perderam as eleições naturalmente ficaram com muito pouco desse repasse.

Agora, uma outra coisa, Sr. José Maria: eu até entendo que o PT, o Partido dos Trabalhadores, no passado pudesse ter dificuldade para recursos de campanha, mas é óbvio que, nessa última eleição, os números de recursos que o Partido dos Trabalhadores teve para a campanha são exorbitantes. Eu lamento que o PT lá na Bahia tenha recebido tão pouco desse dinheiro todo que circulou pelo Delúbio e companhia limitada.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Obrigada, Deputado Bosco.

Como não há mais inscritos, consulto o Deputado Chico Alencar... *(Pausa.)*

Com a palavra, então, o Relator, Deputado Mendes Thame.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - O senhor declarou que tinha conhecimento, por conversas informais, que o Deputado Josias fez empréstimos pessoais para saldar dívidas de campanha. O senhor confirma?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Confirmo.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Dívidas da campanha a Deputado Federal, dele?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Certo.





**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Ou seja, o senhor está afirmando que o Deputado Josias não utilizou esses recursos recebidos da direção do partido para saldar suas próprias dívidas e, sim, para saldar dívidas de Deputados Estaduais com os quais fez dobradinha?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - É exatamente isso?

**O SR. JOSÉ MARIA DE ABREU DUTRA** - Sim, porque há uma diferença... O Deputado eleito tem mais condições de pagar as suas dívidas e tal. Um que não se elege tem mais dificuldades. E o conhecimento que eu tenho é este: de que ele privilegiou essas pessoas que estavam em maior dificuldade.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - É só isso.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Consulto o advogado do Representado sobre se S.Sa. tem alguma pergunta a fazer.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Não. Sem mais perguntas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Como não há mais perguntas, agradeço a presença do Sr. José Maria. V.Sa. está dispensado.

Solicito à Secretaria da Mesa o chamamento da próxima testemunha, a terceira, Sr. Nelson de Oliveira Simões Filho. *(Pausa.)*

Bom dia, Sr. Nelson. Eu vou fazer a leitura do termo de compromisso. Caso V.Sa. concorde, solicito assinatura.

Termo de Compromisso:

*“Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 12, de 2005, Representação nº 48, de 2005, instaurado contra o Deputado Josias Gomes.*

*Sala de reuniões, em 18 de janeiro de 2006.”*

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Perfeito. *(Pausa.)*



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Já devidamente assinado o termo de compromisso, concedo a palavra ao advogado do Representado, Dr. Márcio Silva.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Muito obrigado, Deputada. Sr. Nelson Simões, o senhor conhece Josias Gomes desde que data?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Bom, por volta do ano de 1989. Naquela época, eu residia no sul da Bahia, em Ilhéus, e o Deputado Josias Gomes foi trabalhar na região, numa instituição, a FASE, e a partir daí nos conhecemos.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - À época dos fatos narrados nesta representação, por volta do segundo semestre de 2003, o senhor tinha algum cargo no Diretório Estadual na Bahia?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Eu era membro — e ainda sou, mas na época eu era o Secretário de Organização do PT da Bahia.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Secretário de Organização. Bom, então, na condição de Secretário de Organização, o senhor tem conhecimento de como era o pedido de auxílio que os candidatos faziam ao Diretório Estadual para quitação de dívidas? O senhor poderia esclarecer como se dava isso e quem era procurado.

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - No Diretório, na Executiva da Bahia não chegavam pedidos de ajudas. Isso nós ouvíamos em conversas paralelas de companheiros que participaram de eleições e que se queixavam de dívidas e tal, mas na Direção do partido nunca tratamos dessas questões referentes a dívidas de campanhas de A, B ou C.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Mas você tem conhecimento de que o Josias teria sido procurado por alguns candidatos para obter valores junto ao Diretório Nacional?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Nós tínhamos conhecimento, sim, pela relação pessoal e política de vários ex-candidatos que se queixavam de dívidas de campanha, e comentávamos. Isso era comum, como esse comentário de dificuldades de ex-candidatos com dívidas de campanha.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - O senhor, como Secretário da Organização, era procurado para esse fim?



**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Não, eu nunca fui, porque na Executiva do partido eu não tratava dessas questões relativas a finanças do partido. Então, acho que, naturalmente, as pessoas não me procuravam diretamente para fazer esse tipo de demanda. Eu nunca fui procurado para isso.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Especificamente, com relação a esse valor que foi obtido pelo Deputado Josias, junto ao Diretório Nacional, ele, à época dos fatos, comentou com o senhor como é que se daria isso? Quando ele veio para Brasília conversar com o tesoureiro nacional, ele disse: *“Olha, recebi tanto e vou receber mais tanto”*. Como é que foi isso? Ele narrou o histórico?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Na verdade, eu, pessoalmente, só tomei conhecimento dessas questões quando isso se tornou notícia nacional. Eu não tinha conhecimento desses fatos. Posteriormente, quando isso se tornou notícia, o Deputado Josias narrou como foi que aconteceu, que é a versão que ele deu amplamente, e que vinha sendo constantemente procurado por ex-candidatos. E ele procurou o então tesoureiro Delúbio, na busca de ajuda, de contribuição para fazer frente a essas dívidas de companheiros ex-candidatos.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - E ele chegou a comentar com o senhor se houve uma indicação de procedimentos para o Diretório Nacional de queria teria que ser dado recibo, que seria prestado contas. Esses detalhes ele passou?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Não, doutor, eu não sei esses detalhes, não tenho conhecimento desses detalhes. O que nós sabemos, o que eu sei particularmente é que, depois de todo esse procedimento que foi narrado pelo Deputado Josias, na tratativa direta com as pessoas a quem ele ajudou, essas pessoas ficariam encarregadas de fazer a prestação de contas diretamente ao Diretório Nacional do PT. Esse é o conhecimento que nós temos.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Diretamente à instância nacional.

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Ao Diretório Nacional, porque, segundo consta, esses recursos foram repassados para o então Presidente do PT da Bahia, pelo Diretório Nacional, pelo então tesoureiro nacional do PT. E a prestação de contas seria feita ao tesoureiro nacional do PT.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Perfeito. O senhor acompanhou a campanha do Deputado Josias Gomes agora, a última de 2002?



**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Sim, acompanhei sim. Acompanhei.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - O senhor tem conhecimento se ele teve a prestação de contas dele aprovada pelo Tribunal?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Não, eu não tinha esse detalhamento. Ao que me consta, a prestação de contas dele foi aprovada, sim.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Foi aprovada?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Exatamente.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - O senhor sabe dizer se, desse valor que ele recebeu, ele chegou a comentar se algum valor ele iria utilizar para quitação de eventuais dívidas que ele tinha?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Não, não chegou a comentar isso comigo não.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - E o valor? O senhor sabe o montante?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - O montante que ele recebeu do...

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Do Diretório Nacional.

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - O montante que ele declarou que foi de 100 mil reais.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Cem mil reais?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - É. Que ele recebeu uma parcela desse montante do então tesoureiro, Delúbio Soares, de 50 mil, e o outro ele recebeu diretamente na agência bancária.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - O senhor o conhece desde quando mesmo? Em que ano que foi?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Desde 89.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Desde 89. O senhor é próximo ao Josias a ponto de saber, por exemplo, a evolução patrimonial dele? O senhor teria condições de esclarecer para o Conselho se houve alguma alteração na evolução patrimonial do Josias, antes e depois de ser candidato a Deputado Federal?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Bom, doutor, essa é uma constatação fácil de ser feita. Pode ser feita legalmente pelas normas da legislação



vigente no País, a Receita, enfim, pode constatar isso. Mas como depoimento pessoal, como eu disse, eu conheço o Deputado Josias, desde 89. Tenho com ele, além da relação política, uma relação de amizade pessoal. E todos que o conhecem lá na região onde ele tem a sua principal base eleitoral sabem que o Deputado Josias Gomes é uma pessoa de vida simples, é um homem probo e que jamais utilizaria a política para proveito pessoal, para enriquecimento próprio. Eu tenho essa convicção por conhecê-lo, não é? Sei que o Deputado Josias jamais se utilizaria desses mecanismos da política para benefício pessoal. Conheço Josias. E, desde que o conheço, o patrimônio que eu sei que ele dispõe é de uma casa que ele tem na cidade de Itabuna — ao que me consta, uma casa financiada. E o que ele acresceu de patrimônio — também ao que me consta —, desde que se tornou Deputado, foi um carro financiado que ele usa para o exercício de seu mandato. Então, esse é o depoimento que posso afirmar aqui e tenho certeza que todos que o conhecem sabem que ele é um homem de vida... A mesma vida que tinha antes de ser Deputado, ele hoje também tem a sua vida pautada nesses mesmos princípios.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Sr. Nelson, aqui para o Conselho, teria uma característica pessoal e política do Deputado Josias Gomes que o senhor acharia relevante passar aqui para o Conselho?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - O Deputado Josias, Dr. Márcio, eu o conheço desde 89 e, pelo que sei de toda a sua história, eu posso dizer que é um homem movido por ideais na política. Ele, ao que me consta, começou muito cedo, muito jovem na militância política, participou desde o primeiro momento da criação e da fundação do PT e tem pautado sua vida, pelo que eu acompanho, sempre como homem de partido, um homem de convicções políticas e ideais bastante presentes na sua prática política. Eu creio que essa seja a característica principal. E eu não tenho dúvida hoje, pessoalmente — se o senhor me permite fazer uma avaliação —, que o Deputado Josias está envolvido nesse episódio que eu creio que seja um episódio muito triste para todo o mundo, eu creio que muito por essa sua característica. Eu não tenho dúvida de que talvez, se o Deputado Josias tivesse um outro temperamento, talvez ele não tivesse se envolvido nisso. Se ele não tivesse essa sua característica de se envolver com tudo que diga respeito às questões do seu partido, talvez ele tivesse feito vista grossa, não tivesse se



importado com a aflição de muitos outros companheiros e talvez não estivesse submetido a esse episódio na sua vida pessoal e política. Então, eu creio que a principal característica dele que eu poderia dizer, já que estou aqui, numa Casa eminentemente política, seja essa de ser um homem que tem ideais e é movido por isso na sua vida política.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Sra. Presidenta, estou satisfeito.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Obrigada, Sr. Márcio.

Dando prosseguimento à nossa oitava, concedo a palavra ao Deputado Jairo Carneiro. V.Exa. tem 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sra. Presidenta, nobre Relator, colegas, Sr. Nelson Simões, eu perguntaria inicialmente qual a sua atividade atual.

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Eu atualmente sou assessor da Secretaria de Governo da Prefeitura de Salvador.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Assessor. E também é dirigente do partido?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Atualmente eu sou da Executiva Estadual do PT; sou Diretor Executivo Estadual do PT da Bahia.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - É o cargo que era exercido pelo Josias, não?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Não, senhor. O Josias é ex-Presidente do PT.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Certo. O senhor sabe o motivo pelo qual o Deputado Josias deixou a Presidência do PT?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Pelo motivo que é público e notório na Bahia. No momento em que ele se viu envolvido nas denúncias, numa reunião da Executiva, ele julgou por bem pedir o seu afastamento da Presidência do PT, para que isso não atingisse diretamente o partido. Foi um gesto que ele tomou numa reunião da Executiva do partido.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - E não houve resistência do partido a essa pretensão dele?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Eu diria ao senhor que não. Foi um gesto dele, pessoal, que foi acatado pela então Executiva do partido.



**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Porque no caso aqui do Sr. Delúbio, salvo engano, quando queriam afastá-lo, houve uma resistência, não é? O senhor tem conhecimento, é dirigente partidário.

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Tenho, sim.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Não é? Houve, no plano nacional, uma resistência, e a manutenção do Sr. Delúbio no cargo que exercia, a despeito dessas denúncias e desse escândalo, que é do conhecimento geral.

O senhor o conhece desde 1998?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Desde 1989.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - E o senhor também já era, naquela época, dirigente partidário?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Na cidade de Ilhéus. Eu era da Direção Municipal do PT em Ilhéus, no sul da Bahia.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Certo. E esteve participando da campanha de 2002?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Na campanha de 2002, eu não exercia nenhum cargo de direção no partido estadualmente e não participei diretamente da campanha de nenhum outro candidato. Eu participava da campanha do Presidente Lula — ainda morava na região cacaeira.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Mas exerceu alguma função específica pelo partido na campanha?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Não. Na época, eu era Presidente do PT de Ilhéus e participava da campanha naquela região, na chamada região cacaeira da Bahia.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Então, não conviveu com Josias candidato a Deputado?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Na campanha dele para Deputado, não. Não participei diretamente da coordenação ou de qualquer outra parte da estrutura de sua campanha em 2002.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - E o conhecimento que tem, conforme perguntado pelo advogado, dessa movimentação financeira, foi por relato do Josias ou conviveu com a situação especificamente?



**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Sobre esse episódio que ele está sendo envolvido...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Sim, sim.

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - ... foi por relato do Deputado Josias. Eu não tinha conhecimento prévio de nenhuma dessas...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Tudo foi relato do Josias?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Agora, no momento em que o senhor soube, através da imprensa, que uma parte desse recurso veio de empresa do Sr. Marcos Valério, que juízo o senhor fez a respeito? Se quiser responder.

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Eu posso responder. Eu creio que o meu sentimento foi o de milhares de petistas em todo o Brasil: surpresa, estupefação. Não é? Porque nenhum de nós tinha conhecimento desse tipo de episódio. Na época, também, eu era dirigente do partido na Bahia, não tinha nenhum... sequer também tinha ouvido falar em Marcos Valério. Nunca tinha, nunca soube. Só ouvi falar, a primeira vez, na citação do ex-Deputado Roberto Jefferson. Não tinha nenhum conhecimento e lhe digo com absoluta sinceridade: sequer eu tinha ouvido na SMP&B. Foi a partir daqueles episódios que tomei conhecimento desses fatos.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Parece que algum valor também consta, se não estou equivocado, que ingressou em alguma conta de algum membro da família de Josias Gomes.

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Disso também eu tenho conhecimento, porque isso está aqui nos autos do processo e, também, do depoimento do Deputado, e me parece que ele já esclareceu esse fato aqui no depoimento dele. Eu li isso no depoimento dele — não é? — e...

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Eu confesso que não estou muito lembrado. O senhor se recorda bem qual foi a razão de destinar algum dinheiro...?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Não. Não tenho esses detalhes, Excelência.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Não?





**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Apenas eu vi que há uma citação sobre isso e que o Deputado explica por que fez esse repasse para um pagamento a terceiro, para o irmão dele.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Está bem.

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Mas está... eu creio que está absolutamente narrado no depoimento.

**O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO** - Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Obrigada, Deputado.

Com a palavra a nobre Deputada Angela Guadagnin.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Eu agradeço ao Sr. Nelson a presença aqui no nosso Conselho para ajudar nos nossos trabalhos. Realmente, durante o depoimento do Josias, ele se referiu a alguma coisa parece..., não sei se foi fazer pesquisa, tínhamos que ir lá, ver o depoimento, mas uma empresa de pesquisa, uma empresa de mídia, alguma coisa ligada assim, que teria sido executada por essa pessoa. As perguntas que eu ia fazer já foram feitas pelo advogado, e eu agradeço a sua presença aqui.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Obrigada, Deputada.

Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Muito obrigado, Sra. Presidenta, eu vou ser muito breve.

O senhor faz parte de alguma corrente dentro do Partido dos Trabalhadores?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Faço: sou membro da Articulação.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Da Articulação. O senhor disse que o Deputado Josias lhe contou que obteve recursos junto à Direção Nacional; disse que uma parte ele recebeu do Delúbio e outra parte ele foi fazer o saque no Banco Rural. Isso ele lhe contou depois de eclodidas as denúncias ou antes?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Depois, depois, Excelência.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Ah! Depois. Antes...

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Na oportunidade que ele já...

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Isso.



**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - ... conseguiu os recursos ele não falou nada com ninguém?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Não, não. Desse detalhamento eu não tinha conhecimento. Depois foi que em conversas com ele, a mesma versão que ele apresentou, em conversas conosco, ele narra e para mim é a única versão que existe.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Então, antes, ele nem comunicou a outros membros da Direção partidária que havia conseguido recursos para distribuir entre os candidatos.

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Dentro da Direção Estadual do PT, na Executiva, esses assuntos não foram tratados como já disse aqui. Nós não debatíamos isso. Por quê? Porque a Direção Estadual não tem recursos para poder bancar isso, não é? Não tem e não teria recursos. E eu creio que, até por saber disso, esses companheiros e companheiras nem buscavam a Direção Estadual, porque sabem e conhecem a realidade — não é? — e faziam essa pressão, no meu entendimento, por ser o Deputado Josias Presidente do partido na Bahia e ser Deputado Federal. Eu creio que por conta disso — não é? — esse assédio, podemos assim dizer; essa pressão sobre o Deputado Josias se dava em função disso: da posição dele como presidente e de ele Deputado Federal. As pessoas, talvez, por saberem disso o pressionavam para que ele buscasse junto à Direção Nacional a obtenção desses recursos para fazer frente a essas dívidas. É a leitura que eu faço hoje, depois de passar.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Sim. Mas ele, nem informalmente...

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Na Executiva, isso nunca foi discutido...

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não, não, não. Nem com o senhor, à parte?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Antes não, só depois que explodiu...



**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Apenas... É claro que isso, em conversas, todos nós temos isso, isso é natural, de que havia pressão, essa ou aquela pessoa estava procurando, ou estava pedindo ajuda...

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Mas que ele conseguiu dinheiro, não.

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Não.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Só depois que explodiu que ele, então...

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Isso, exatamente.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Ele contou a forma bizarra, também, como ele recebeu os recursos do Banco Rural, ou não?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Perdão, Excelência.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Ele relatou a forma bizarra como ele recebeu esses recursos junto ao Banco Rural?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Ele relatou, no meu caso, especificamente, pessoalmente, ele me relatou a forma como ele foi ao Banco Rural, que é a versão que, publicamente, ele dá, da mesma forma.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Que entrou, fez um saque, sem ter um cheque, sem ter que assinar um documento... Ele fez esse relato?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - O senhor disse que vários outros candidatos também ficaram com dívidas de campanha, e o partido não tinha recursos para ajudá-los. O senhor tem conhecimento de algum outro Deputado — porque o Deputado Josias não é o único Deputado Federal da Bahia, eles são vários — que tenha conseguido recursos junto à Executiva Nacional para ajudar outros candidatos? Porque vários outros candidatos — para mim vários, eu apontaria 10, 15, no mínimo — tiveram problemas financeiros. Não sei se seriam mais do que isso. O senhor tem conhecimento?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Não. Perdão, Excelência, o senhor há de convir comigo que, mesmo que eu tivesse conhecimento desse fato, iria ser extremamente constrangedor para mim chegar aqui e falar A, B, C ou D fez isso.



**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não, não. Não estou pedindo o nome, não.

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - O senhor há de convir que eu estou falando com absoluta sinceridade. Certo?

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não, eu não estou pedindo... Nem eu quero nomes.

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Pois bem.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Eu estou falando em quantidade só.

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Mas repito que essa... Seria até difícil de acreditar se eu chegasse aqui, como um homem de direção do partido, e dissesse: olha, eu não tinha nenhum conhecimento de candidatos ou ex-candidatos que estivessem em dificuldade. Absolutamente. Nós todos que somos políticos sabemos o que é isso, a pressão que as pessoas fazem antes e depois de uma campanha eleitoral para obtenção de recursos para financiar as suas respectivas campanhas. E disso nós tínhamos conhecimento, obviamente em conversas informais entre um e outro, de pessoas que estavam em dificuldade.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Sim, mas eram vários.

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Eram vários.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Vários. Eu só queria chegar nisso. Não quero nomes. Então esses vários... Causou estranheza aos membros da direção partidária que, entre vários candidatos, apenas 3 fossem contemplados com recursos da Direção Nacional, ou é normal? O Presidente do partido consegue recursos, sabe que vários candidatos do partido do qual ele é o Presidente estão em dificuldade e atende 3, por um critério única e exclusivamente dele, pessoal? Quer dizer, não é nem um critério partidário. Porque V.Sa. já disse que não houve discussão nenhuma na Executiva e que passaram a saber desses recursos somente quando eclodiram as denúncias. Causou estranheza à direção não ter sido informada, não ter sido consultada quais os candidatos, como é que fariam a distribuição dos recursos? Até porque o PT, ele é forjado numa perspectiva de um partido socialista, e a solidariedade é algo assim, dentro do partido, algo



fundamental. Então, a solidariedade, ela tem que ser para todos que colaboraram com o partido. Causou essa estranheza ou foi como algo, assim, normal?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Se V.Exa. me permite, estranheza causou todo esse imbróglio, para mim, pessoalmente. Estranheza foi todo esse episódio. Agora, sinceramente, eu não me detive ainda para dizer por que só passou para 4 ou 5 e não para 50. Eu, pessoalmente, ainda não fiz esse juízo de valor. Para mim, todo o episódio foi um episódio realmente lamentável...

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Inclusive o fato de não ter sido comunicado à Executiva anteriormente.

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Não, não creio. Se foi uma questão diretamente ao Presidente do PT, que foi feita diretamente ao Presidente do PT, não vejo isso com estranheza, uma vez que nós todos sabíamos que na Direção Estadual isso não poderia ser tratado.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Então o senhor vê isso muito mais como a relação de um candidato, ou de um Deputado Federal, e não do Presidente do partido.

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Do Presidente do partido. Eu creio que ele só foi procurado porque era Presidente do PT. Porque, se ele não fosse Presidente do PT, quem estivesse no lugar dele, na minha visão, seria procurado. Na minha concepção, pelo fato de ele ser o Presidente do partido e de ter, obviamente, esse trânsito junto à Direção Nacional, é que ele foi procurado. Se fosse outro, eu creio que seria outra — entre aspas —, vamos dizer assim, a “vítima” desse processo.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - O senhor tem conhecimento de outro Deputado Federal que tenha conseguido também recursos junto à Direção Nacional para ajudar outros candidatos?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Perdão, Excelência, não tenho.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI** - Não tem conhecimento.  
Estou satisfeito, Sra. Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Obrigada, Deputado.  
Com a palavra o Deputado Bosco Costa.



**O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA** - Sra. Presidenta, Sr. Relator, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sr. Nelson, eu pergunto a V.Sa... O Deputado... V.Sa. é a terceira testemunha, a terceira pessoa que fala. Todos vocês conheceram o Deputado Josias em 1989. Ele chegou à região da Bahia justamente em 1989, no sul da Bahia. Ele disputou algum mandato, algum cargo eletivo durante esse período?

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - Não, senhor. Que eu me recorde, não. Eu creio... O Deputado Josias foi candidato apenas em 2002, para o atual mandato que ele exerce.

**O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA** - A primeira eleição do Deputado Josias.

**O SR. NELSON DE OLIVEIRA SIMÕES FILHO** - A primeira dele. Na Bahia, a primeira eleição. Não tenho notícia... Quase com absoluta certeza ele não disputou nenhum outro cargo nesse período.

**O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA** - Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Com a palavra o Relator, Deputado Mendes Thame.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Nenhuma pergunta a fazer. Eu só queria inquirir o senhor advogado no seguinte sentido: com exceção da primeira testemunha, as demais são pessoas que não participaram diretamente do caso e certamente foram selecionadas por V.Sa. para agregar informações a respeito do caráter, dos princípios, dos valores do Deputado Josias. O senhor, nesse caso, considera que é absolutamente relevante darmos seqüência? Porque, como o senhor bem sabe, testemunhos de ouvir dizer pouco peso têm na realidade com relação ao fato em si. Eu queria ouvi-lo a respeito.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Eu já havia esclarecido que as demais dariam testemunho sobre os antecedentes. Agora, no caso do Nelson, eu achei que era relevante, pelo fato de ele ter atuado junto da direção do partido, daí com relação a esse assédio que foi feito ao Deputado. Com relação aos demais, de fato, pelo que eu tenho notícia, eles sequer eram da Direção Estadual. Daí que eu apenas indago, com relação a prestigiar as pessoas que vierem inclusive da Bahia, se não seria o caso de ouvi-los com a máxima brevidade. Agora, de fato, não é de extrema relevância a oitiva dos demais.



**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Perfeitamente.  
Está dispensado.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Solicito à Secretaria da Mesa o chamamento da nossa quarta testemunha, o Sr. Paulo Fernando Rangel de Lima.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Enquanto isso, se me permite, Deputada Ann Pontes.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Eu queria inquirir o Dr. Márcio.

O senhor tinha 3 Deputados que receberam recursos. O senhor arrolou apenas 1 deles.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Três candidatos.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Três candidatos que receberam recursos. Apenas 1 deles foi arrolado. Há algum motivo especial para não terem sido arrolados os outros 2?

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - A dificuldade deles de prestar o depoimento e virem até aqui e o fato de eles terem passado a documentação. Eu não quis criar constrangimento.

**O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA** - Sra. Presidenta, pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA** - Eu encaminhei a V.Exa. um requerimento para ser submetido a este Plenário. E, como há um recurso de certa urgência de interesse da minha relatoria, eu pediria a V.Exa. que, na primeira oportunidade, quando V.Exa. julgar conveniente, o fizesse, por favor.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Eu vou solicitar à Secretaria o envio da documentação enviada por V.Exa., porque ela não se encontra na mesa.

Eu consulto o Conselho sobre se, antes de nós ouvirmos a próxima testemunha, encerramos as oitivas e passamos à discussão do requerimento do Deputado Edmar Moreira.



**O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA** - Eu queria fazer uma ponderação a V.Exa., porque, apesar da urgência, eu vejo que o *quorum* está absolutamente insuficiente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Esvaziado.

**O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA** - Então eu aguardaria por um momento oportuno, sempre a critério de V.Exa., quando houver outros Deputados aqui presentes. Mas que ainda fosse hoje, por favor.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Fique tranqüilo. Fica assim acertado, tão logo encerremos a oitiva. Faremos um apelo para que os Conselheiros retornem para que nós possamos discutir o requerimento de V.Exa.

Dando prosseguimento, farei a leitura do termo de compromisso. Caso V.Sa. concorde, solicito a assinatura do termo:

*“Termo de compromisso.*

*Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 12, de 2005 (Representação nº 48, de 2005), instaurado contra o Deputado Josias Gomes.*

*Sala de reuniões, em 18 de janeiro de 2006.*

*Paulo Fernando Rangel de Lima.” (Pausa.)*

Recebida a assinatura do termo de compromisso, concedo a palavra ao advogado do Representado, Dr. Márcio Silva.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Sr. Paulo Rangel, o senhor foi candidato a Deputado Estadual em 2002 e eu queria saber se o senhor participou de alguma forma da campanha do Deputado Josias, ou teve um contato mais freqüente com o Josias durante esse período, se tem alguma informação com relação à candidatura do Josias especificamente.

**O SR. PAULO FERNANDO RANGEL DE LIMA** - Olha, eu fui candidato a Deputado Estadual e dobrei em alguns Municípios, eu diria que na maioria dos Municípios, no submédio do Rio São Francisco, com Josias Gomes, candidato do





Partido dos Trabalhadores, uma pessoa que conheço já há bastante tempo, desde o ano de 1989, quando chegou na Bahia.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Desde 1989. Nesse período, já que o senhor o conhece desde 1989, o senhor sabe dizer se houve o aumento do patrimônio do Josias de lá e notadamente após 2002?

**O SR. PAULO FERNANDO RANGEL DE LIMA** - Olha, a vida de Josias é algo inclusive que nos chama a atenção. Josias é filho de um cortador de cana. Ele é natural da Zona da Mata, uma pessoa muito simples inclusive, uma pessoa que eu diria que sempre trabalhou com poucos recursos, alguém que se dedicou bastante à ampliação do processo democrático no Brasil e esteve conosco construindo o Partido dos Trabalhadores. Acompanhei toda a sua vida, quando foi Secretário, quando foi dirigente do partido e inclusive como Deputado Federal. E não notei nenhum crescimento no patrimônio do Deputado Josias Gomes que não seja compatível com a sua remuneração.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Com relação aos fatos que estão sendo discutidos nesta Representação, o senhor sabe dizer o valor total que foi repassado pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores ao Deputado Josias para que, então, ele repassasse aos candidatos?

**O SR. PAULO FERNANDO RANGEL DE LIMA** - Olha, eu fiquei sabendo também através da imprensa. Eu ouvi falar...

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Certo. Ele, pessoalmente, não lhe disse quanto?

**O SR. PAULO FERNANDO RANGEL DE LIMA** - Não. Depois conversei com o Josias e ele me falou de 100 mil reais. Inclusive eu estive lendo o relatório que trata inclusive do seu depoimento e lá está escrito isso.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Tem alguma característica do Josias Gomes, seja do ponto de vista pessoal, seja do ponto de vista político, que o senhor destacaria?

**O SR. PAULO FERNANDO RANGEL DE LIMA** - Olha, Josias é uma pessoa bastante solidária. É uma pessoa muito amiga, uma pessoa muito simples e uma pessoa que dedicou, apesar de ser engenheiro agrônomo, praticamente sua vida toda à militância política. Eu destacaria Josias inclusive como uma pessoa muito



amiga, uma pessoa que eu diria que eu tenho muito orgulho inclusive de ter participado do seu círculo de amizades.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Para finalizar, o senhor teve, à época, notícia de que alguns candidatos com dívidas estariam pressionando, procurando, solicitando junto ao Presidente do Diretório Estadual para que obtivessem recursos para o pagamento dessas dívidas?

**O SR. PAULO FERNANDO RANGEL DE LIMA** - Olha, não. Agora, eu mesmo cheguei a procurar não o Deputado Josias Gomes, mas o Presidente do partido, até porque fui candidato a Deputado. No primeiro momento não me elegi, fiquei na suplência. Hoje estou assumindo uma cadeira de Deputado, mas procurei o Deputado Josias e a minha solicitação, inclusive, não foi atendida. Agora, já bem depois, conversando com Josias e com alguns companheiros, eu soube que outros Deputados também o procuraram.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Satisfeito, Deputado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Obrigado, senhor advogado.

Como não há Deputados inscritos, concedo a palavra ao Deputado Mendes Thame.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Também não temos nenhum questionamento. Agradecemos a oitiva, a participação da testemunha. Acho que podemos dispensá-lo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Solicito o chamamento da quinta e última testemunha, o Sr. Mauro Geosvaldo Ferreira Silva. *(Pausa.)*

Boa tarde, Sr. Mauro. Eu vou fazer a leitura do termo compromisso. Caso o senhor concorde, solicito a assinatura do termo:

*“Termo de compromisso.*

*Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 12, de 2005 (Representação nº 48, de 2005), instaurado contra o Deputado Josias Gomes.*

*Sala de Reuniões, em 18 de janeiro de 2006.*



*Mauro Geosvaldo Ferreira da Silva.” (Pausa.)*

Recebido o termo de compromisso, concedo a palavra ao advogado do Representado, Dr. Márcio Luiz Silva.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Sr. Mauro, o senhor trabalhou na campanha do Deputado Josias Gomes, para essa última campanha?

**O SR. MAURO GEOSVALDO FERREIRA SILVA** - Em 2002.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Em 2002?

**O SR. MAURO GEOSVALDO FERREIRA SILVA** - Apoiei. Apoiei o Deputado.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - O senhor tem notícia se a prestação de contas do Deputado Josias Gomes foi aprovada?

**O SR. MAURO GEOSVALDO FERREIRA SILVA** - Foi aprovada.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Foi aprovada.

**O SR. MAURO GEOSVALDO FERREIRA SILVA** - Foi aprovada.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - O senhor conhece o Sr. Josias Gomes também desde 1989?

**O SR. MAURO GEOSVALDO FERREIRA SILVA** - Desde 1989.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Desde a chegada dele à Bahia?

**O SR. MAURO GEOSVALDO FERREIRA SILVA** - Desde a chegada dele à Bahia.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Nesse período de 1989, e mais especificamente após 2002, o senhor sabe dizer, pela proximidade que o senhor tem com ele, se houve um aumento no patrimônio do Deputado Josias?

**O SR. MAURO GEOSVALDO FERREIRA SILVA** - Eu tenho... Aliás, eu tenho conhecimento de que o Deputado tem uma casa, que ele tem anterior a 2002, comprada, financiada pela Companhia de Habitação da Bahia, e tem 2 veículos. É o que eu conheço do patrimônio do Deputado.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - Perfeito. Tem alguma característica pessoal ou política que o senhor acha relevante destacar com relação ao Deputado Josias?

**O SR. MAURO GEOSVALDO FERREIRA SILVA** - Dr. Márcio, eu tive a oportunidade de conviver com o Deputado Josias quando ele foi Secretário de Governo da Prefeitura de Itabuna, na administração do Prefeito Geraldo Simões, e eu fui Secretário de Administração. Trabalhamos por 4 anos, de 1993 a 1996. E todo



sempre a conduta do Deputado Josias, no exercício do seu cargo público, é de maneira irretocável, com conduta de probidade. Nunca tomei conhecimento, nem dentro da administração, nem dentro do partido, nem fora, que tenha qualquer deslize cometido pelo Deputado. Nos diversos papéis que ele exerce na sociedade, como homem público, como pai, como marido, como amigo, sempre, o Deputado sempre teve uma conduta louvável.

**O SR. MÁRCIO LUIZ SILVA** - É só, Deputada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Obrigada, senhor advogado.

Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, já que não há inscritos.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Da mesma forma, agradeço a sua colaboração, a sua participação. Não temos mais nada a perquerir.

**O SR. MAURO GEOSVALDO FERREIRA SILVA** - Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Dando continuidade a nossa reunião, consulto os integrantes remanescentes se suspendemos a nossa reunião e retomamos nossos trabalhos às 14h30min ou 15h.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Hoje temos a oitava de mais alguém?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - A informação que eu tenho é de que não teria.

**O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA** - Sra. Presidenta, por favor, qual a pauta à tarde, só para confirmar?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Não temos nada, a princípio. Nós suspenderíamos a reunião e às 14h30min ou 15h faríamos a leitura do requerimento de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA** - Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Há consenso. Então, suspendo a reunião para retomarmos os nossos trabalhos às 15h.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** - Antes da suspensão, Sra. Presidenta, já que os outros Deputados não estavam presentes agora, por mais esforço que a Secretaria do Conselho faça, pelo fato de não ter havido



anteriormente o convite para a reunião, provavelmente os outros Deputados já agendaram outras atividades, pergunto para o Deputado Edmar se a votação do requerimento dele no início da sessão de amanhã, às 10h, antes de o Deputado Relator fazer a leitura do parecer, não garantiria a presença de todos; se não seria melhor para nós todos e para o Deputado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Peço ao Deputado que se manifeste.

**O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA** - Sra. Presidenta, o tempo nesta Casa vale ouro. Eu ficaria muito constrangido se fosse honrado com uma reunião só para votar um requerimento meu. Por favor, não me submeta a esse constrangimento. Transfira para amanhã, tente aí fazer nos moldes do funcionamento do Conselho.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Ann Pontes) - Tendo chegado a um entendimento, vou encerrar a reunião.

Agradeço a presença dos Srs. Parlamentares, dos demais presentes, do advogado e do Representado.

Convoco os Srs. Parlamentares para a reunião de amanhã, que se realizará às 10h, para a leitura e votação do parecer — relatório e voto — do Deputado Nelson Trad. Mas antes de iniciarmos os trabalhos propriamente ditos faremos a deliberação do requerimento do Deputado.

Está encerrada a reunião.